

Avaliação Externa

Rede de Cooperação Alternativa - RCA

Apoio

Rainforest Foundation da Noruega

– Relatório Final –

Luciano Nunes Padrão

Iara Ferraz

Agosto de 2005

Índice

Resumo Executivo	03
1. Introdução: objetivos, metodologia e atividades da avaliação	05
2. Considerações sobre cenários e contextos	08
3. A Rede de Cooperação Alternativa	13
4. Atividades	17
5. Impactos da RCA	23
6. Coordenação e gestão	29
7. Recomendações	34

Anexos

Anexo 1	Termos de Referência	43
Anexo 2	Currículo dos avaliadores	48
Anexo 3	Atividades da avaliação	56
Anexo 4	Intercâmbios da RCA	58
Anexo 5	Ficha de planejamento de atividades	65
Anexo 6	Possibilidade de estrutura orçamentária 2006	66
Anexo 7	Quadro para sistematização de intercâmbios	67
Anexo 8	Documentos Consultados	68
Anexo 9	Siglário	74
Anexo 10	Definições e Decisões do Encontro Final de Avaliação	75

RESUMO EXECUTIVO

ANTECEDENTES

A Rede de Cooperação Alternativa (RCA) originou-se em 1996, quando organizações brasileiras parceiras de Rainforest Foundation da Noruega (RFN) integraram-se à Rede América Latina, desenvolvida no âmbito do Fundo de Desenvolvimento. Em 1997, foi oficializada a criação de uma seção brasileira, possibilitando o aporte de recursos da RFN para atividades locais. A partir de 2000, a RCA passa a ser particularmente dinâmica, seja por uma crescente ampliação do número de organizações constitutivas, seja pela maior intensidade e abrangência de suas atividades. A RCA é hoje constituída por nove organizações, sendo quatro indígenas (Atix, Foim, Opiac e Wyty Cate) e cinco não-indígenas (CCPY, CPI-AC, CTI, Iepé e ISA).

OBJETIVOS

A presente avaliação teve dois objetivos centrais, definidos em conjunto entre RFN e a coordenação da RCA: **(i)** analisar os efeitos e impactos da RCA sobre seus beneficiários; **(ii)** oferecer subsídios para delinear sua trajetória nos próximos anos. Subsidiariamente, elaborou-se uma pauta de questões que perpassam diferentes aspectos da Rede (concepção, coordenação política, gestão administrativa-financeira e ações) que foram tratadas, com diferentes graus de profundidade, neste Relatório.

METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos da avaliação, uma série de atividades foram realizadas, cabendo destacar: **(i)** análise do acervo documental da RCA; **(ii)** rodadas de entrevistas com assessores e dirigentes de organizações e povos indígenas vinculados à Rede; **(iii)** encontro de avaliação, com duração de três dias, reunindo 24 representantes de 13 organizações relacionadas à RCA; **(iv)** participação, por sete dias, em uma atividade coletiva da RCA; **(v)** encontro final de avaliação, reunindo dirigentes da RFN e das nove organizações que integram a RCA. A equipe de avaliação foi composta de dois avaliadores portadores de experiências em áreas específicas e complementares.

PRINCIPAIS ACHADOS

O Relatório de Avaliação estrutura-se em capítulos que analisam de forma crítica a eficácia, os impactos e a relevância da RCA e os projetos por ela executados.

A Rede de Cooperação Alternativa – a partir de um retrospecto da trajetória da RCA, faz-se uma análise crítica das identidades da RCA, as quais vão além de uma articulação de parceiros brasileiros da RFN: a existência de fortes afinidades políticas, temáticas e metodológicas entre as organizações integrantes e a afirmação da RCA a partir da delimitação de um campo específico de ações. Os avaliadores identificaram que a incorporação das organizações indígenas à RCA ainda não se deu de forma plena em termos de coordenação política e de gestão de rotinas – o que demanda investimentos para ampliar e qualificar essa participação.

Atividades – a RCA optou por concentrar sua atuação em um campo relativamente limitado de atividades coletivas: intercâmbios, seminários temáticos e encontros regionais. Dentre estas, sobressaem os 91 intercâmbios realizados entre 1998 e 2004, que possibilitaram uma efetiva interlocução entre organizações, assessores e povos indígenas.

O relatório avalia de forma positiva o conjunto de atividades da RCA quanto à concepção e preparação, realização, sistematização e disseminação.

Impactos da RCA – informações colhidas não deixam dúvidas que é expressiva a diversidade de mudanças sociais (isto é, sociais, econômicas, políticas, ambientais, culturais, etc.) ocasionadas pelas ações da RCA, ainda que tenha sido pouca a preocupação da RCA em sistematizar impactos. Tais mudanças incidiram tanto nas organizações e povos indígenas como nas de assessoria, e são analisadas em quatro dimensões: cultural, política-organizativa e econômica-ambiental.

Coordenação e Gestão – estes são os pontos críticos da RCA e foram constatados diversos problemas que necessitam ser urgentemente superados. Além de dificuldades na coordenação política, foram analisadas fragilidades na geração e circulação de informações e no monitoramento de atividades e impactos. Avaliou-se como positiva a relação da RCA com RFN, assim como o gerenciamento administrativo-financeiro.

Quatro são as principais conclusões da presente avaliação:

- a RCA é uma iniciativa pioneira no Brasil em propiciar, de modo sistemático, uma interlocução entre diferentes povos e organizações indígenas, notadamente através de intercâmbios – concebidos e executados enquanto um instrumento de construção e aprimoramento de capacidades em várias dimensões;
- a RCA tem conseguido cumprir os objetivos mais gerais a que se propõe, impondo-se como um importante espaço de troca de experiências, problemas e estratégias e, com isso, alterando de forma positiva a atuação das organizações parceiras de RFN no Brasil;
- apesar de recorrentes problemas de gestão, os avaliadores identificaram um gradual aperfeiçoamento da Rede, em termos de sua composição, do grau de participação de seus integrantes e da qualidade das atividades realizadas;
- a percepção do conjunto dos entrevistados sobre a Rede é bastante positiva, não apenas acerca da relevância das ações realizadas, mas, principalmente, em termos de valorização de suas potencialidades futuras.

RECOMENDAÇÕES

É com base nesse conjunto de conclusões positivas que os avaliadores apresentam a principal recomendação deste trabalho: a continuidade, ao longo dos próximos anos, do apoio de RFN à RCA.

Contudo, não são poucos os desafios a serem superados e, para tal, os avaliadores apresentaram uma série de recomendações que, se seguidas, contribuirão para gerar uma rede com perfil mais consolidado que o atual: **(i)** re-explicação da identidade e dos objetivos da RCA; **(ii)** melhorar a integração das organizações indígenas; **(iii)** aperfeiçoar os mecanismos de decisão e funcionamento; **(iv)** prosseguir e aprimorar os intercâmbios; **(v)** diversificar atividades; **(vi)** diversificar parcerias na captação de recursos; **(vii)** aperfeiçoar instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação. Estas recomendações foram debatidas em profundidade no Encontro Final de Avaliação.

INTRODUÇÃO

A presente avaliação registra a trajetória e o estado geral da Rede de Cooperação Alternativa (RCA) em um período específico: o primeiro semestre de 2005. Concebida em 1996 como parte integrante de uma rede latino-americana, a RCA passa por significativas transformações em 2002, tornando-se uma rede nacional. Desde então, apresenta uma configuração próxima à que possuía no momento da avaliação: uma rede que reúne, exclusivamente, organizações brasileiras parceiras de Rainforest Foundation da Noruega (RFN).

A idéia de uma avaliação externa da RCA surgiu em 2004, quando esta já acumulava oito anos de experiência, e concretizou-se no início de 2005. Busca-se, com essa avaliação, levantar subsídios concretos que possibilitem examinar a pertinência de sua continuidade e os resultados até então alcançados com suas atividades. O processo de avaliação iniciou-se formalmente em janeiro com uma série de atividades preparatórias, envolveu rodadas de entrevistas, a participação dos avaliadores em uma atividade coletiva da Rede, a realização de dois seminários (Manaus e Brasília) com as organizações integrantes e tem como produto o presente Relatório.

1. OBJETIVOS, METODOLOGIA E ATIVIDADES DA AVALIAÇÃO

A avaliação teve dois objetivos centrais, definidos em conjunto entre RFN e a coordenação da RCA na fase preparatória e constam no documento “Termo de Referência para Avaliação da Rede de Cooperação Alternativa – RCA – Brasil” (Anexo 1):

- Analisar os efeitos e impactos da RCA sobre seus beneficiários;
- Oferecer subsídios para delinear sua trajetória nos próximos anos.

Com base nos objetivos da RCA, em suas atividades e resultados previstos nos diferentes Planos Operacionais Anuais, foi elaborada uma pauta de questões específicas a serem tratadas nessa avaliação. Essas questões, que perpassam diferentes aspectos da Rede (concepção, coordenação política, gestão administrativa-financeira e ações) constam no Termo de Referência e foram tratadas, com diferentes graus de profundidade, ao longo do Relatório.

A partir do exame de documentos institucionais disponibilizados pela coordenação da RCA, pelas organizações integrantes e por RFN, as partes envolvidas acordaram a realização de uma série de procedimentos e atividades para alcançar os objetivos da avaliação:

- Leitura do material disponibilizado em um vasto dossiê contendo: relatórios de atividades, planos operacionais anuais, materiais didáticos, correspondências, etc;
- Rodadas de entrevistas com assessores e dirigentes das cinco organizações de assessoria que integram a RCA (CCPY, CPI-AC, CTI, Iepé e ISA) e da RFN. Parte considerável dessas entrevistas foi feita com base em um roteiro semi-estruturado. Uma listagem completa contendo o nome e o cargo/função de todos os entrevistados encontra-se no Anexo 3;

- Encontro de avaliação em Manaus, com três dias de duração, reunindo 24 representantes de 13 organizações, sendo oito indígenas e cinco de assessoria. Nesse encontro, foram realizadas múltiplas atividades (diagnóstico da RCA, construção de cenários, revisão de objetivos, etc) e utilizados diferentes recursos metodológicos. Dentre estes, cabe destacar a realização de entrevistas com grupos de representantes de povos e organizações indígenas, aí incluindo aquelas que hoje formalmente integram a Rede (Atix, Foirn, Opiac e Wyty-Catë). Ao todo, foram entrevistadas 18 pessoas;
- Participação em uma atividade coletiva da RCA, realizada em Carolina/MA, que consistiu em um encontro sobre o tema “Terras indígenas, sustentabilidade e povos Timbira”. Ao longo de sete dias, os avaliadores puderam manter conversas informais sobre os limites e potencialidades da RCA, colher informações sobre a preparação de uma atividade coletiva e observarem a dinâmica de sua realização. Esse foi também um momento especialmente privilegiado para percebermos formas de relação entre organizações indígenas e de assessoria, além das próprias diferenças existentes dentro desses dois grupos de organizações.
- Redação de Relatório Preliminar da avaliação, encontro em Brasília com três representantes da RFN e dois de cada uma das nove organizações que integram a RCA, aí incluindo seus dois coordenadores e, com base nas indicações, redação do Relatório Final de Avaliação.

Uma relação completa das atividades realizadas durante a avaliação encontra-se no Anexo 3.

A equipe de avaliação foi composta de dois avaliadores, sendo que um exerceu a função de coordenação, responsabilizando-se pela unificação da metodologia, pela revisão dos relatórios parcial e final e pela interlocução com RFN e com a coordenação da RCA. Vale destacar que esses dois consultores apresentam perfis diferenciados e complementares, importantes de serem aqui considerados. Um dos avaliadores é sociólogo e conta com experiência na área de planejamento, gestão e avaliação institucional; a outra avaliadora é antropóloga, com vasta experiência em pesquisa e estudos sobre questão indígena. Ao longo de suas trajetórias profissionais, os dois avaliadores tiveram contatos com parte das organizações-membros, mas não com a RCA – o que confere à presente avaliação um caráter acentuadamente externo. Os currículos dos avaliadores encontram-se no Anexo 2.

Por fim, cabe salientar que uma parte expressiva dos trabalhos, especialmente nos dois últimos meses da avaliação, voltou-se para uma reflexão sobre o futuro da RCA. Procurou-se abordar nas reuniões, entrevistas e conversas informais uma série de questões relacionadas a configurações possíveis, o que propiciou aos consultores obter maior densidade nas formulações, bem como colher sugestões de novos pontos a serem abordados no Relatório.

Nesse momento final, as conversas foram ainda mais francas e abertas do que no início dos trabalhos. De fato, foi visível que, no decorrer do processo avaliativo, os integrantes da RCA empenharam-se crescentemente em refletir sobre suas práticas e debater (por vezes de forma até exageradamente intensa) problemas até então tidos como polêmicos

acerca de alternativas para o funcionamento da Rede. Foi, segundo indicações, um momento que “*mexeu*” com pessoas que por anos se dedicaram à RCA e que as “*sensibilizou*” para a necessidade de transformar a presente avaliação em uma oportunidade única de encontrar caminhos para consolidação da Rede.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE CENÁRIOS E CONTEXTOS

Pretende-se neste capítulo apresentar um quadro introdutório da situação e das perspectivas da questão indígena no Brasil. A decisão de incluir um capítulo sobre contextos e cenários foi motivada por uma solicitação de RFN de reunir, no âmbito desta avaliação, alguns subsídios que pudessem contribuir para a elaboração, ainda em curso, de seu futuro programa de trabalho no Brasil.

Na medida em que a identificação de cenários não constava nos Termos de Referência, não foram concebidos instrumentos adequados para essa tarefa, que, como se sabe, é extremamente complexa. Parte considerável das informações aqui reunidas é produto de discussões realizadas durante o encontro de avaliação em Manaus com os representantes dos povos indígenas ali presentes. Esse não foi um assunto abordado nas entrevistas com assessores e dirigentes das organizações não-indígenas da RCA, assim como não se examinou, no curso da presente avaliação, a bibliografia disponível.

Trata-se, portanto, de um quadro introdutório, montado com base em relatos de um número restrito de lideranças indígenas, os quais estão diretamente referidos a certas regiões e povos. Na parte final, apresentamos algumas breves considerações sobre elementos presentes no contexto em que se deu a avaliação, porque nela interferiram direta ou indiretamente.

SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS DOS POVOS INDÍGENAS

O quadro que resultou de um dia de discussão com representantes de organizações e povos indígenas ao longo do encontro de Manaus é complexo e enfatiza os desafios, os quais consistem em uma superposição de velhos e novos problemas, expressos com maior ou menor intensidade em nível local, regional ou nacional.

Antes de passar a um exame em torno das potencialidades e desafios, cabe registrar quatro elementos que, segundo os diferentes relatos, marcam a questão indígena no contexto brasileiro presente e futuro:

- existência de duas grandes configurações que caracterizariam a relação, presente e futura, dos povos indígenas brasileiros com a terra e com alternativas de desenvolvimento sustentável. De um lado, a situação de pouco mais da metade da população indígena concentrada na Amazônia Legal, ocupando quase a totalidade das terras indígenas. De outro lado, a outra metade da população, ocupando uma parcela ínfima da extensão das terras indígenas nas demais regiões do país¹. Os relatos indicam a necessidade de se tratar a questão indígena como uma questão nacional e não restrita à Amazônia, o que não vem sendo feito pelas agências governamentais brasileiras e, sobretudo, por aquelas inseridas no âmbito da cooperação internacional;

¹ Os dados disponíveis são os seguintes: 56% da população indígena concentra-se na Amazônia Legal e ocupa 98,64% das terras, ao passo que 44% da população ocupa apenas 1,36% da extensão das terras indígenas nas demais regiões do país: sul, sudeste, nordeste (Ricardo, Marés e Santilli, 2004).

- o atual governo tem sido marcado por indefinições de suas instâncias de decisão e de diálogo com organizações indígenas. Os diferentes relatos indicam que muitas das expectativas das lideranças indígenas quanto ao desempenho do Governo Lula não se cumpriram, permanecendo ainda um quadro de incertezas (e de pessimismo) quanto à relevância e os rumos da política indígena. Muitos desses entraves advêm de uma postura “*desenvolvimentista*” do governo, fortemente ancorada na construção de grandes obras públicas (estradas, portos e hidrelétricas) e no apoio ao agronegócio (soja, por exemplo), com fortes impactos sociais, econômicos, ambientais, culturais, etc;
- decorre daí uma nova configuração de uma antiga questão: o entorno das terras indígenas. Diversos relatos indicaram uma maior relevância de temas relacionados a essa questão (fiscalização, proteção e alternativas econômicas, por exemplo), comparativamente a anos anteriores. Foram particularmente destacados alguns elementos que podem inviabilizar muitos dos esforços até então feitos de sustentabilidade das comunidades indígenas.: **(i)** as freqüentes invasões de terras indígenas (garimpo, pecuária, soja, etc.); **(ii)** a devastação ambiental do entorno das terras indígenas; **(iii)** o arrendamento de terras indígenas a produtores de soja, como forma de assegurar renda para as famílias e comunidades; **(iv)** crescente penetração da mídia trazendo mudanças culturais aceleradas nas comunidades;
- nos últimos anos, cresce o número de organismos voltados para a questão indígena criados por governos estaduais e municipais. O governo do estado de Mato Grosso, por exemplo, criou, em 2003, a Coordenação de Assuntos Indígenas; em 2003, o governo do Estado do Amazonas criou a Fundação Estadual de Política Indigenista (Fepi). Há, nessas instâncias, novas oportunidades e canais de diálogos, mas também novos desafios para as organizações e movimentos indígenas. Alguns relatos indicaram dificuldades em fazer pressão política em nível estadual e local em virtude, por exemplo, de maior controle da imprensa, de maiores obstáculos à negociação política e da presença marcante de forças contrárias aos índios. Há, nesses níveis, dificuldades particulares tanto de influenciar a opinião pública quanto as decisões políticas.

A seguir, apresentamos dois quadros, elaborados pelos representantes de organizações e povos indígenas presentes no referido seminário de avaliação, que destacam ***potencialidades***, isto é, conquistas valorizadas que resultam em recursos potenciais, e os principais ***desafios*** a serem enfrentados e superados nos próximos anos.

Potencialidades

- . **Terra demarcada:** a consolidação dos direitos territoriais, substantivada no reconhecimento, demarcação física e homologação pelo governo brasileiro das Terras Indígenas é apontada como a principal “conquista” de diversos povos e “a” condição essencial para a valorização da cultura, para a implementação do desenvolvimento sustentável e para a proteção do meio ambiente;
- . **Cultura:** a preservação, a valorização e o revigoramento da cultura, foram apontados por muitos como a “*principal riqueza*” dos povos indígenas;
- . **Intercâmbios:** realizados entre diferentes povos indígenas, foram e ainda são um elemento importante para o aprendizado em diferentes campos: organização, economia, educação, etc. Esse aprendizado tem como resultado tanto a incorporação de novas alternativas como o aperfeiçoamento de experiências em curso;
- . **Organização** das comunidades e dos povos em instâncias supra-locais. Foi particularmente valorizada a criação de associações, que possibilitam maior capacidade de diálogo e negociação, assim como o acesso a recursos públicos (governamentais ou não) através dos “projetos”;
- . **Reconhecimento das organizações indígenas**, especialmente por parte do Estado brasileiro. Esse reconhecimento dá-se como produto de um contínuo processo de fortalecimento dessas organizações;
- . **Parcerias** “diretas” das organizações indígenas com órgãos públicos e com organizações não-governamentais são crescentes e se dão em diferentes temas;
- . **Formação de agentes indígenas:** a continuidade, por anos, das iniciativas de formação de agentes em diferentes áreas (educação, saúde, agrofloresta, etc.) foi apontada como um dos elementos que vem possibilitando uma crescente autonomia dos povos e de suas organizações;
- . **Educação indígena diferenciada:** após sucessivos anos de investimento, a escola indígena é hoje como um espaço fundamental não apenas para preservação e valorização da cultura, mas para a gestão das Terras Indígenas, a interlocução entre novos conhecimentos e os conhecimentos tidos como “tradicionais” e a formação de novas lideranças;
- . Maior capacidade de **interferência em políticas públicas**, em decorrência de experiências bem-sucedidas, do fortalecimento das organizações indígenas e de uma crescente habilidade de lideranças;
- . **Saúde:** nos últimos anos, algumas experiências de gestão de serviços públicos de saúde (no âmbito da Fundação Nacional de Saúde – Funasa) pelas organizações indígenas foram bem-sucedidas e ocasionaram mudança no bem-estar das comunidades.

Desafios

. **Direito à Terra Indígena:** a questão fundiária permanece como central na agenda das organizações indígenas, ao menos por três razões: **(i)** muitas TIs não foram ainda reconhecidas, demarcadas ou homologadas; **(ii)** necessidade de revisão dos limites de diversas TIs cuja demarcação não correspondeu à extensão plena dos territórios tradicionalmente ocupados, ocasionando uma situação de confinamento em “ilhas”; **(iii)** ameaças constantes dos processos de revisão de limites de terras indígenas já demarcadas e homologadas, especialmente aquelas de grandes dimensões;

. As dificuldades de **fiscalização** dos limites das TIs são crescentes, devido às intensas pressões do desenvolvimento em seus entornos. Em diversas situações, as organizações indígenas são forçadas a interagir, concomitantemente, com agentes e dinâmicas muito diferenciadas: sojeiros, madeireiras, fazendeiros, construção de barragens, turismo, assentamentos, mineração, uso de agrotóxicos, queimadas, poluição das cabeceiras dos rios, etc;

. Deficiências de **capacitação técnica** (informática, gestão, sistematização, etc.) de dirigentes de organizações indígenas, especialmente para lidar com a “burocracia” dos projetos. Foram enfatizadas as dificuldades dessas organizações em gerir serviços públicos (saúde, por exemplo);

. **Transporte:** em diversas TIs e regiões, a comunicação permanece muito precária, carecendo de uma infra-estrutura básica de apoio logístico. Essa deficiência foi apontada como uma dificuldade a mais na fiscalização dos limites das TIs;

. Falta de **recursos**, tanto para expandir e reproduzir as experiências bem-sucedidas, como para suprir deficiências em diferentes áreas. Dentre estas, foram particularmente destacadas: educação, saúde e fiscalização;

. Dificuldades no **relacionamento** das organizações e povos indígenas com políticos, governos e sociedade. Nos últimos anos, é crescente a importância dos governos estaduais e municipais, já que boa parte das políticas nacionais são por eles intermediadas ou executadas. As relações que aí se estabelecem são, além de descontínuos, discrepantes, como nos relatos dos povos do Acre e do Mato Grosso. No que se refere à sociedade brasileira, a visibilidade da questão indígena é crescente, mas os índios permanecem sendo vistos e tratados de modo genérico e exótico. A imprensa tem uma importância crescente nessa visibilidade e uma posição ambígua: denuncia problemas específicos de um povo ou região, mas constantemente veicula matérias contrárias a seus interesses;

. **Descumprimento da legislação ambiental**, ocasionada por uma sistemática falta de fiscalização por parte dos organismos governamentais, por uma série de indefinições na legislação brasileira e pelo comprometimento dos governos estaduais e municipais com a implantação ou expansão dos chamados “projetos de desenvolvimento”.

O CONTEXTO DA AVALIAÇÃO

Nesta seção, apresentamos três elementos, de natureza bastante diversa, presentes no contexto mais geral em que se deu a avaliação, pois nela interferiram direta ou indiretamente.

. Mudanças em curso na cooperação internacional – são crescentes as iniciativas de agências de cooperação internacional em passar a se relacionar com suas contra-partes a partir de programas, o que resulta em um deslocamento progressivo de focalização em *projetos isolados e temas específicos* para um olhar voltado para o *conjunto de projetos* em uma perspectiva de inter-relacionamento de temáticas, estratégias e objetivos. Nesse cenário, ganham força consórcios de organizações, sendo que articulações como a RCA podem ser um espaço privilegiado para o nascimento destes;

. Redefinições de RFN – a presente avaliação transcorreu em um momento de redefinições da atuação de seu principal pólo aglutinador, a RFN no Brasil. Esse, aliás, foi um assunto que permeou muitas das entrevistas e que esteve presente ao longo do encontro de Manaus, através de uma série de questões não respondidas: Qual a abrangência dessa redefinição? Qual será precisamente a ênfase da atuação da RFN no Brasil nos próximos anos? Trata-se de uma redefinição temática, regional ou de parcerias? Os avaliadores procuraram estimular o diálogo em torno dessas mudanças e conseguiram incluir na agenda do Seminário Final de avaliação discussões sobre as perspectivas de atuação da RFN no Brasil.

. Movimentos Indígenas – durante a realização do encontro de avaliação em Manaus, ocorria, na mesma cidade, um encontro da COIAB, no âmbito de um processo de reestruturação dessa organização. As dificuldades vivenciadas por essa organização motivaram conversas informais ao longo do encontro da RCA sobre as dificuldades hoje presentes nas organizações indígenas, especialmente naquelas de caráter regional. Três elementos destacaram-se nas discussões: a existência de divisões nas comunidades e no movimento indígena; o afastamento de algumas organizações indígenas de suas bases e as dificuldades das organizações em lidar com questões administrativas de seus projetos, ocasionando situações tidas como de crise financeira e política.

Segundo os participantes do encontro, a superação de tais problemas envolve ações, nas quais a RCA poderia continuar a ter um papel importante, inclusive a partir da prática de intercâmbios: melhoria de processos de articulação intra e entre organizações; reforço à formação de bases e lideranças; maior consistência às parcerias e alianças existentes no campo indígena.

3. A REDE DE COOPERAÇÃO ALTERNATIVA

A criação da RCA foi uma iniciativa da RFN. Esta é uma das principais características distintivas dessa articulação de organizações, frente a diversas outras existentes no Brasil. Sua origem data de 1996, quando quatro das organizações brasileiras parceiras de RFN (APHA, CPI-AC, CTI e ISA), integraram-se à Rede América Latina, desenvolvida no âmbito do Fundo de Desenvolvimento.

Nos dois primeiros anos, o envolvimento dessas quatro organizações restringia-se à participação nos seminários anuais, realizados em países da América Central. Em 1997, durante um encontro continental, realizado na Costa Rica, foi oficializada a criação de uma seção brasileira, o que possibilitou o aporte de recursos da RFN para intercâmbios entre as organizações locais. Vale lembrar que, desde 1996, algumas destas organizações já realizavam intercâmbios no âmbito de seus projetos particulares com a RFN, como, por exemplo, a CPI-AC, entre assessores e povos indígenas no Acre, através de seu projeto de formação de professores indígenas.

A partir de 1998, iniciaram-se os intercâmbios através da Rede e, desde então, essas atividades passaram a ser realizadas sistematicamente. E, aqui, encontramos uma segunda característica central e distintiva da RCA: desde sua criação até os dias atuais, a Rede tem seu foco principal na promoção de intercâmbios de experiências entre povos indígenas e entre organizações a eles relacionadas.

A partir de 2000, a RCA tem sido particularmente dinâmica. Desde então, sucessivos acontecimentos promoveram mudanças importantes tanto em sua configuração como em suas ações. Cinco nos parecem principais:

- uma expressiva ampliação do número de organizações constitutivas da RCA, inicialmente a partir da integração de duas organizações não-indígenas parceiras de RFN na Rede: a CCPY, em 2000 e, posteriormente, o Iepé, em 2003;
- neste mesmo ano, quatro organizações indígenas (Atix, Foirn, Opiac e Wyty-Catë) integram-se à Rede, ampliando consideravelmente o espectro de sua composição, sobretudo em termos de perfil dos integrantes;
- ainda em 2003, a Apha deixa de integrar a Rede. A saída desta organização, relacionada com seringueiros do estado do Acre, reforça ainda mais a vocação indígena da RCA;
- em 2002, as organizações brasileiras optam por nacionalizar a RCA, deixando de participar dos encontros anualmente realizados na América Central². Os custos aí envolvidos foram deslocados para atividades no Brasil. Os intercâmbios ganham maior expressão e abrangência;

² Segundo relatos, eram expressivas as diferenças entre os projetos desenvolvidos no Brasil e na América Central, sendo que os primeiros enfatizavam povos indígenas, direitos e preservação de florestas, ao passo que os segundos, de natureza diversa, voltavam-se para o campesinato.

- em 2003, a Rede experimenta atividades de interlocução com os tomadores de decisão sobre políticas de educação indígena. Os efeitos dessa atuação foram percebidos de forma diferenciada entre as organizações, o que fez com que a RCA voltasse, em 2005, para ações com perfil similar ao do início da década.

No entanto, ao longo desses anos, diferentes desafios marcaram a experiência da RCA. Trataremos nesse capítulo de dois desses desafios que pontuam uma série de questões relacionadas à concepção da RCA.

3.1. A IDENTIDADE DA RCA

O mito de origem da RCA é bastante frágil. Sua criação, como dissemos, foi obra de RFN ou, como preferem dizer alguns dos entrevistados, “*nasceu de fora para dentro*”.

Sua origem guarda algumas diferenças de articulações dessa natureza que são importantes de serem resgatadas. Como se sabe, as redes são produto de articulações de diferentes organizações em torno de “causas” comuns e, por isso, conformam-se, na maioria dos casos, tendo por base uma temática, um segmento / identidade social ou uma região geograficamente delimitada. Na maioria dos casos, o próprio nome da rede traz evidências sobre seus propósitos, seja a temática (Rede Brasileira de Educação Ambiental), o segmento / identidade social (Rede Nacional de Organizações da Juventude) ou a região geográfica (Rede Amazônia Solidária). Em alguns casos, inclusive, o nome da rede delimita a natureza das organizações que a integram (Rede de ONGs da Mata Atlântica).

A RCA, até o presente momento, não se encaixa plenamente em nenhuma dessas categorias: constitui-se em uma rede de articulação exclusiva de parceiros de uma organização não-governamental norueguesa. Os fundamentos dessa articulação não são, evidentemente, fortes. Ainda mais se considerarmos que sequer parceiros brasileiros da família Rainforest a integram³. O nome RCA é indicativo dessa fragilidade: Rede de Cooperação Alternativa pode significar tanta coisa que termina por não significar precisamente nada.

Há ainda que se considerar um outro elemento, talvez ainda mais complexo: até hoje a RCA não integra, ao menos de forma plena, as organizações parceiras da RFN, e sim seus programas (linhas, setores, etc.) que contam com apoio desse doador. Não é por acaso que foi justamente nesses programas que pudemos encontrar, ao longo da pesquisa de campo, pessoas com reflexões sobre a trajetória da Rede e suas perspectivas. Em síntese, até os dias de hoje a RCA não tem sido um objeto de discussão institucional. Não foram poucos os entrevistados que se desculparam no início das entrevistas por não poderem falar em nome da instituição (por falta de “*discussões internas*”), mas a partir de sua experiência “*pessoal*” na Rede.

Por conseguinte, não é exagerado afirmar que a Rede nunca foi pensada enquanto uma organização própria, mas essencialmente como um projeto ou, mais precisamente, como um projeto de RFN. Por conseguinte, a Rede ainda não conseguiu formular com clareza seus objetivos mais gerais, ou, em outros termos, a finalidade de sua existência, os

³ Vale aqui lembrar, dentre outros, o Conselho Indígena de Roraima (CIR), parceiro da RF-US.

elementos que “fazem a diferença”, que acrescentam “algo novo”, tanto em relação a articulações similares quanto às próprias organizações integrantes. Ao longo de sua existência, as discussões se limitaram a objetivos temporários, os quais foram definidos para atender a exigências dos projetos a serem apresentados à RFN para financiamento e repasse de recursos. Ao examinar esse conjunto de objetivos durante o encontro de avaliação em Manaus, os próprios integrantes da Rede os consideraram “*genéricos*” ou mesmo “*intangíveis*” no período de tempo destinado ao seu alcance.

Apesar dessas fragilidades constitutivas, a RCA conseguiu se firmar enquanto articulação e apresentar, como indicado, uma dinâmica considerável, além de ter uma atuação socialmente oportuna e reconhecida, como procuraremos demonstrar mais adiante. Três fatores principais parecem explicar esse fenômeno:

- a existência de fortes afinidades entre as organizações que a integram, as quais vão além de uma relação comum com RFN. A Rede é constituída por agrupamentos de organizações indígenas/não-indígenas, as quais mantêm por anos uma sólida relação de parceria. No que diz respeito particularmente às organizações não-indígenas, não há dúvidas que estas possuem dimensões, idades, trajetórias bastante diferenciadas; mas são também organizações que nasceram no mesmo solo, com vocações muito próximas, com valores e objetivos comuns – ainda que seus “*egos sejam muito fortes*”. Não é por acaso que muitos dos entrevistados definiram essas relações como de natureza “*familiar*”: “*somos parentes*”; “*temos almas gêmeas*”, “*o que nos une é o amor*”;
- ter contado ao longo dos anos com um aporte regular e considerável de recursos, o que possibilitava e, ao mesmo tempo, justificava sua existência;
- ter-se afirmado a partir da delimitação de um campo específico de ações. A principal aposta da RCA tem sido a de utilizar atividades de intercâmbio como um instrumento privilegiado para o aprendizado, a qualificação dos trabalhos e, sobretudo, para o fortalecimento das organizações indígenas. A RCA é, sem dúvida, uma rede pioneira nesse campo de atividades.

Estes fatores, dentre outros, contribuem para explicar a apreciação bastante positiva que o conjunto dos entrevistados tem da RCA e, mais importante, a existência de uma forte motivação para sua continuidade – a qual, para muitos, só faz sentido se houver mudanças. Alguns dos entrevistados, inclusive, indicaram a necessidade de se buscar formas e meios de “*re-fundar*” a Rede para superar uma situação persistente de sua “*sub-utilização*” por parte do conjunto das organizações que a integram. Talvez por isso a avaliação tenha sido, ao menos aparentemente, muito bem recebida por todos. Foram justamente tais elementos que motivaram os avaliadores a incitar diálogos sobre a produção de novas alternativas para a continuidade do funcionamento da RCA.

3.2. PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

A RCA tem conseguido impor-se, na maioria dos espaços onde se faz presente, como uma articulação inteiramente voltada para o fortalecimento de processos organizativos de diferentes povos indígenas. De uma forma talvez inédita no país, a RCA ofereceu acesso

a meios e instrumentos que fundaram ou aprimoraram estratégias de desenvolvimento local baseadas em uma autonomia cultural desses povos.

Contudo, um observador externo tenderia a classificar como “paternalismo institucional” a relação existente entre as organizações não-indígenas e as indígenas no que diz respeito à participação destas na RCA. Cabe inicialmente lembrar que a integração dessas organizações à Rede foi um tema de intensos debates ao longo de 2001 e 2002. Ao final, venceram aqueles que argumentavam que essa participação, além de legitimadora da RCA, teria um papel importante no processo em curso de fortalecimento das organizações indígenas. Apesar da pertinência dessa decisão, tomada em 2003, pudemos observar que essa participação ainda está longe de ser plena.

De fato, chega a ser surpreendente que a inclusão formal de quatro organizações indígenas, posicionadas entre as maiores do país, não tenha promovido alterações expressivas na dinâmica de funcionamento da Rede. Em síntese: desde a incorporação dessas organizações, sua participação permanece limitada à de “beneficiários” das atividades, e não propriamente enquanto organizações integrantes da RCA, isto é, enquanto sujeitos também responsáveis pelas decisões acerca de uso de seus recursos, com todas as potencialidades e problemas aí envolvidos. Trata-se de uma presença que, ao menos em termos de direção política, permanece como figurativa.

As informações colhidas durante o encontro de Manaus indicam que foram poucos os esforços feitos nestes dois anos para a superação desse desequilíbrio. As organizações indígenas entraram quando dinâmicas, formas de comunicação, conceitos, etc. já haviam sido constituídos (pelas organizações não-indígenas) e estes, desde então, pouco se alteraram. Talvez o principal indicativo seja o fato de permanecer ainda muito frágil o conhecimento que essas organizações dispõem sobre a Rede, sua origem, trajetória, recursos, formas de funcionamento e potencialidades – o que ficou bastante evidenciado no encontro de Manaus. Aliás, foi justamente neste encontro que afloraram questões relacionadas a dificuldades na atual coordenação compartilhada, as quais foram tratadas exclusivamente pelas organizações não-indígenas, surpreendendo tanto os avaliadores quanto os representantes das organizações indígenas presentes.

Contudo, as entrevistas também revelaram o interesse e o entusiasmo das organizações em se integrarem “*de fato*” à Rede. O fato de logo após o encontro de Manaus um dirigente de uma organização indígena ter-se inscrito em um amplo programa de capacitação em redes pareceu-nos um indicativo importante desse interesse e entusiasmo. Cabe agora à Rede oferecer meios de assegurar uma participação *de fato* dessas organizações em sua direção política e na gestão de todos aqueles assuntos relacionados à sua dinâmica funcional.

4. ATIVIDADES

Ao longo de sua existência, a RCA fez uma opção de concentrar sua atuação em um campo relativamente limitado de atividades coletivas. Intercâmbios, seminários temáticos e encontros regionais compõem o conjunto de atividades que caracterizaram a intervenção social da Rede. Ao longo desse período, a RCA privilegiou, portanto, a interlocução entre organizações, assessores e povos indígenas, em detrimento de outras atividades também comuns a articulações de natureza similar: produção de informações, campanhas, denúncias, realização de pesquisas e estudos, etc. Vejamos, a seguir, a forma com que essas atividades foram concebidas, executadas, sistematizadas e disseminadas.

4.1. INTERCÂMBIOS

De 1998 a 2004, os intercâmbios constituíram-se no carro-chefe da RCA: 91 foram identificados a partir da documentação consultada na avaliação. A opção de ter privilegiado atividades de interlocução mostra-se, até aqui, bastante coerente com os objetivos explícitos nos planos de trabalho e, segundo os entrevistados, bastante sintonizada com necessidades dos povos indígenas.

Os intercâmbios ofereciam como perspectiva a desejada e necessária cooperação e troca de idéias no tocante a problemáticas comuns. A intenção era criar e consolidar uma rede de interesses temáticos e áreas de atuação conjugadas, além de discutir um conjunto de fatos vividos e histórias de trabalho. Os membros da RCA são *unânicos* ao ressaltar a sua importância na promoção de trocas de experiências revestidas de múltiplas dimensões e na consolidação de relações de alianças e reciprocidade.

a) Concepção e Preparação

A experiência da Rede demonstra que não é possível estabelecer um calendário rígido para as viagens de intercâmbio, já que uma série de fatores podem incidir no período compreendido entre o planejamento e a realização. Em geral, os intercâmbios são planejados com considerável antecedência, no âmbito dos POAs, formulados no mês de julho do ano anterior a sua realização. Isto implica na necessidade de ajustes operacionais no cronograma de atividades, que, por sua vez, não significam “desvios” (em relação a objetivos), mas traduzem a ocorrência de imprevistos.

Há uma considerável flexibilidade na utilização dos recursos RFN para a RCA: mediante autorização/acordo, é possível remanejar recursos destinados a intercâmbios para substituir um intercâmbio por outro, mesmo sem ter sido planejado.

Os dados referentes aos intercâmbios realizados em 2001 são escassos. A partir de 2002 verifica-se uma intensificação de sua realização e, sobretudo, da participação das organizações indígenas, mas sem uma sistematização dos registros. A partir do primeiro semestre de 2003, houve a decisão de incluir formalmente a Atix, a Foin, a Wyty-Catê e a Opiac como organizações-membros da RCA, ainda que não precedida de uma discussão pormenorizada com seus representantes. De fato, constatou-se que o conhecimento dessas organizações sobre a Rede é fragmentado e diferenciado. Muitos dos intercâmbios permaneceram sendo concebidos por assessores, com pouca clareza de

critérios para as escolhas dos roteiros e uma preparação através de processos aparentemente frágeis de consulta àqueles que vão realizá-los.

Os convites para viagens põem em movimento um *timing* distinto das esferas envolvidas, que a um só tempo operam sistemas de relações sociais específicas que não podem passar despercebidas. Representantes indígenas entrevistados em Manaus e Carolina apontaram aspectos às vezes desfavoráveis, como “*os convites chegam em cima da hora*”. Para as organizações/comunidades indígenas, estes têm uma conotação diplomática, requerem um processo especial de seleção e por isso sua preparação demanda mais tempo. A escolha de quem vai viajar envolve fatores como: informações prévias sobre o povo/projeto a ser visitado, legitimidade e autoridade para proferir discursos aos que recebem, assim como relatar a viagem na volta. Este elenco compreende também qualidades pessoais (“*coragem de viajar*”, “*não ser tímido*”, “*falar na frente de todo mundo*”) e outras condições, como a duração da viagem⁴, viajar em dupla (para dar mais segurança ao compartilhar a experiência) ou ainda, para alguns, viajar sempre com assessores (“*porque a gente não fala português*” e por questões logísticas).

Tratamentos distintos são conferidos aos que viajam e lidam com “*relações exteriores*”, onde as estratégias são também diferenciadas. Estão em jogo as atribuições e a posição social de quem *fala*, quem decide, quem viaja e traz elementos novos, idéias e soluções diferenciadas para os problemas enfrentados. Em muitos intercâmbios são os jovens que mais viajam. Em suas comunidades, eles têm que lidar com relações interculturais de autoridade e respeito às decisões “dos velhos” e, ao mesmo tempo, construir uma credibilidade em relação às novas atividades e categorias sociais (especialistas: professores, agentes). São igualmente importantes as viagens de intercâmbios realizadas por lideranças, mulheres e homens maduros, cantadores, conhecedores da mitologia, xamãs, indivíduos considerados replicadores de informações, de acordo com critérios particulares às sociedades indígenas envolvidas, seus problemas e focos de interesse.

Os empreendimentos realizados através de “associações”, voltados em geral para uma esfera das relações externas, com os não-índios, trazem também descontinuidades e conflitos. Designar sempre as mesmas pessoas para viajar e, seu oposto, enviar alguém novo, “*para aprender*” (conforme expressou um jovem agente de saúde Wajãpi), denotam outras distinções de estratégias particulares. Deste modo, a discussão conjunta, a interlocução efetiva e a circulação das informações envolvidas na *compatibilização de agendas* podem ser, de fato, processos mais complexos do que aparentam, evidenciando que a *preparação* para a realização dos intercâmbios é multifacetada, de acordo com a sua própria dinâmica social.

b) Realização

Até 1999, os intercâmbios eram planejados e realizados *entre* as organizações assessoras, concentrados em dois temas: educação e meio ambiente. Apenas a partir de 2000, as

⁴ São muito distintas as experiências de trocas empreendidas, em geral em locais inéditos e por poucos dias, daquelas em que a permanência é mais longa ou mesmo em que a viagem de intercâmbio é parte constituinte de outros projetos como, por exemplo, viagens de dois meses realizadas pelos agentes agroflorestais indígenas (AC) para dar curso de formação entre os Tuyuka, no alto rio Tiquié, rio Negro (AM).

viagens passaram a ser realizadas por representantes de povos indígenas, ainda que concebidas e planejadas pelas organizações assessoras.

Não foi possível obter informações detalhadas sobre os intercâmbios realizados entre 1999 e 2001. A partir de 2002, de acordo com os documentos consultados, praticamente todas as experiências tiveram o seu registro, embora de forma não sistematizada, em suportes diferenciados e dispersos (ver adiante). A Tabela 1 apresenta os intercâmbios realizados entre os anos de 1999 e 2004, subdivididos por organizações responsáveis por sua execução ou acompanhamento.

Tabela 1 – Intercâmbios da RCA: 1999-2004

	CCPY	APHA	CPI-AC	CTI	IEPÉ	ISA	OPIAC	WCATI	ATIX	Total
1999	-	3	3	3	-	2	-	-	-	11
2000	2	4	4	5	-	3	-	-	-	18
2001	-	-	1 (CCPY +CTI+ISA)	1	-	-	-	-	-	2
2002	1	2	7	1 + 1 (ISA)	-	3	-	-	-	15
2003	3	-	11+1 (ISA)	3	2 + 1 (CTI e CCPY)	4	-	-	-	25
2004	1 (CPI)	-	5 + 1 (CCPY)	4	1 (CTI +ISA)	4 + 1 (ATIX e IEPÉ)	1+2 (CPI-AC)	1 (CTI)	-	20
Total	6	9	33	18	4	17	3	1	-	91

A partir de 2003, verificou-se um maior número de parcerias internas na organização/acompanhamento dos intercâmbios, assim como a realização de um número de intercâmbios sempre superior em relação ao previsto no POA, em função da disponibilidade de recursos da RCA, superpondo-se a alguns projetos que já incluem viagens em suas atividades.

Através das atividades das organizações assessoras (CCPY, Iepé e CTI), os intercâmbios realizados entre povos indígenas não formalmente incluídos na Rede promovem a sua inclusão, efetivamente, num processo de construção da RCA. Este é o caso dos *Wajãpi* (AP), assim como dos *Yanomami* (RR e AM), dos *Guarani-M'byá* (SP, PR, SC, RS, MS e PA, no Brasil) e dos *Terena* (MS), que empreenderam inúmeras atividades de intercâmbios e mostram-se ávidos pelo conhecimento de outras realidades e que, juntamente com as organizações assessoras, buscam apoio efetivo para a sua continuidade.

O POA para 2005 propôs mudanças no modelo que vinha sendo desenvolvido há 5 anos (marcado pela ênfase na intensificação dos intercâmbios): a realização de pelo menos *três encontros regionais* (Rio Negro/AM, Carolina/MA e Rio Branco/AC), visando atender às demandas trazidas pelas organizações indígenas, durante a reunião de planejamento em julho de 2004, de que lideranças mais antigas das comunidades estavam se ressentindo de um maior retorno e participação das comunidades no “*conteúdo das viagens*”.

c) Sistematização e Disseminação

A natureza dos registros dos intercâmbios e de procedimentos de disseminação é bastante diferenciada, o que é um elemento positivo. Foi possível identificar cinco modalidades principais:

- **relatórios escritos pelos assessores acompanhantes:** alguns muito técnicos, outros muito simplificados (informes), com observações por vezes impressionistas; poucos relatórios são detalhados, com mapas, entrevistas e fotos;
- **relatórios escritos pelos indígenas viajantes:** em geral, são descritivos, bem detalhados e pouco avaliativos (como os diários de trabalho dos agentes agroflorestais e professores indígenas no AC), mas há também relatos curtos e com breve avaliações;
- **relatos escritos em língua yanomami** (sem tradução disponível), publicados em boletins pela CCPY e distribuídos internamente na TI Yanomami;
- **relatos orais dos viajantes,** detalhados, ao retornarem para as suas comunidades de origem/ associações (sem registro formal);
- **visuais e sonoros:** mapas, desenhos, fotografias, áudios e vídeos registraram muitas das viagens realizadas - este acervo constitui-se em um rico material, que *pede* para ser sistematizado em seu conjunto.

Contudo, falta à RCA uma discussão, de caráter metodológico, sobre cada uma destas modalidades para que seja possível melhor qualificá-las enquanto instrumentos de comunicação. De um modo geral, os intercâmbios apresentam uma grande amplitude mas com pouca visibilidade no ambiente externo à Rede. Pode-se afirmar que todas sugestões de divulgação das atividades da RCA para um público mais amplo não foram adiante.

Chamou a atenção a inexistência de dados na Rede que sistematizem informações básicas sobre o conjunto dos intercâmbios realizados (temas, participantes, locais, etc.). Para dar início à superação dessa lacuna, os avaliadores elaboraram um quadro (Anexo 4) com algumas dessas informações. O Anexo 7 apresenta uma sugestão de quadro a ser rotineiramente preenchido pela RCA, com informações mais detalhadas sobre essas importantes atividades.

4.2. ENCONTROS REGIONAIS E TEMÁTICOS

Três encontros de educação escolar indígena foram realizados com resultados considerados positivos. As cartas e documentos produzidos ao final destes encontros são tidos, por alguns entrevistados, como um grande avanço na RCA, que possibilitou um

diálogo sobre as diversas experiências empreendidas no campo da educação e políticas públicas.

A partir de 2002, a conjuntura de ano eleitoral e perspectiva de mudança de governo estimulou a realização de Seminários e Oficinas Temáticas sobre Educação Escolar Indígena. Foram realizados reuniões de trabalho (Brasília) e dois seminários (Goiás Velho /GO) para tratar da importância do reconhecimento, pelo MEC, de uma atenção especial à educação indígena diferenciada e um seminário em Rio Branco (AC), de 25 a 28 de agosto, em que os temas tratados foram o projeto curricular de formação dos agentes agroflorestais indígenas e o seu reconhecimento oficial.

As ações no campo das políticas públicas não surtiram os efeitos esperados basicamente por duas ordens de problemas: **(i)** o contexto político, paradoxalmente marcado por um gradual fechamento das portas que foram inicialmente abertas pelo governo Lula e os problemas decorrentes da pouca articulação interna da RCA; **(ii)** os encontros ocorreram a partir de fortes estímulos da RFN para articulação política das organizações integrantes da Rede, sem considerar a existência de discordâncias sobre o tema, que precisavam ser previamente discutidas.

Os projetos de educação desenvolvidos pelas organizações parceiras da RFN seguem linhas pedagógicas diferentes. Incidir sobre políticas públicas pressupõe diálogos aprofundados. Foram relativamente poucas as oportunidades criadas pela RCA para uma troca consistente acerca destas diferentes orientações metodológicas. Os encontros temáticos supriram em parte essa lacuna: possibilitaram que as organizações se *apresentassem* umas às outras, mas as discussões na área de educação foram iniciais e superficiais. O grau de conhecimento sobre a experiência dos *parceiros* ainda é pequeno na Rede (apenas as linhas gerais), necessitando de atualização.

Segundo alguns relatos, ao longo das iniciativas de diálogo com o Estado, a coordenação da RCA mais respondeu do que propôs. Mesmo assim, a iniciativa junto ao MEC é avaliada por muitos como positiva, pois houve momentos em que as pressões havidas, enquanto RCA, alcançaram resultados que abriram canais de diálogo com as organizações integrantes, em diferentes planos: local, estadual e federal. É também necessário considerar que cada ONG tem suas redes próprias de relações, as quais parecem ter sido pouco consideradas pela coordenação da RCA. O documento ao MEC, por exemplo, poderia ter sido mais representativo caso mais organizações tivessem sido envolvidas. A abertura do Governo Lula para discutir esta questão não se deu por acaso, mas pela densidade das organizações que integram a Rede, no que diz respeito à educação escolar indígena. É importante valorizar o fato desta ter sido a primeira vez que a RCA agiu como um ator político.

Notou-se uma ansiedade entre diversos assessores por trocar e conhecer mais a fundo as diferentes experiências pedagógicas, entender as conquistas e os fracassos. Segundo estes, educação sempre foi um tema complexo e relegado por parte das agências de cooperação. É sempre tido como área de atuação “de governo” e RFN foi das poucas que se dispôs a apoiar, durante anos, ações voltadas para esse tema. Para muitos, a RCA deveria dar continuidade a este processo de interlocução.

Foram também realizados no âmbito da RCA outros seminários sobre temas específicos. Em novembro de 2001, a Apha em parceria com a CPI-AC realizou um seminário sobre

Alternativas Econômicas; em outubro de 2004 e junho de 2005, dois seminários temáticos foram realizados sobre meio-ambiente, respectivamente em Brasília e em Carolina /MA. Estes dois seminários foram organizados mais diretamente pelo CTI, aos quais atendeu um número expressivo de participantes.

No Seminário realizado em Brasília, foram contratadas duas consultoras para moderação e relatoria. O Seminário reuniu as organizações da RCA e convidados, para a troca de experiências de formação, formulação de propostas de políticas públicas e a pactuação de uma agenda de cooperação e intercâmbio entre as organizações, visando ao seu fortalecimento como uma rede de conhecimentos.

O Seminário temático “Terras Indígenas, Sustentabilidade e os Povos Timbira” (org. CTI e Wyty-Catë), realizado em Carolina, contou com ampla participação dos representantes das organizações-membros. Através de apresentações, grupos de trabalho e plenárias, foram discutidos temas relacionados às formas de subsistência e aos novos conhecimentos (ênfase nas “soluções” dos povos timbira), assim como relações com o Estado (em seus distintos níveis), tendo esboçado um espaço de reflexão para nortear estratégias do movimento indígena no Brasil. Como parte integrante da programação, todos os participantes do Seminário realizaram uma viagem à aldeia do Rio Vermelho (Krahô), município de Goiatins (TO), por dois dias, tendo tido a oportunidade de conhecer necessidades concretas de maior interlocução e debate dos temas de interesse junto às comunidades.

5. IMPACTOS DA RCA

Informações colhidas no âmbito da presente avaliação não deixam dúvidas que é expressiva a diversidade de mudanças sociais (isto é, sociais, econômicas, políticas, ambientais, culturais, etc.) ocasionadas pelas atividades da RCA ao longo de sua existência. Sabemos que tais mudanças não engendraram uma transformação das relações sociais, dado que, como vimos no Capítulo 2, são muitos, ou até maiores, os desafios hoje vivenciados pelos diferentes povos e organizações indígenas. Mas, há deslocamentos importantes de serem considerados que suplantaram configurações passadas, colocaram em cena novos e importantes personagens e geraram um patamar diferenciado de desenvolvimento sustentável.

Sabe-se também que no plano mais amplo da sociedade brasileira houve, desde o fim da década passada, mudanças expressivas que, ao mesmo tempo, refletiram e interferiram em dinâmicas locais e regionais. Nesse mesmo período, as organizações não-indígenas que integram a RCA desenvolveram amplas iniciativas junto a seus parceiros, com atividades e impactos consideráveis. Aferir o grau aproximado de contribuição das atividades da RCA nessas dinâmicas de mudanças regionais é, portanto, uma questão complexa e difícil de ser devidamente equacionada. Tal complexidade torna-se ainda maior ao considerarmos a própria natureza da principal atividade realizada pela RCA, os intercâmbios. Estas são atividades com curta duração, que envolvem uma ampla diversidade de pessoas, temas, situações e, mais importante, cujo aprendizado adquirido é repassado ao longo de “*meses ou anos*”, como definiu um informante. O impacto dessas iniciativas não pode, portanto, ser tratado como o produto de uma intervenção vinda de cima, mas como respostas e reações de diferentes povos e organizações a estímulos específicos. Não são respostas contínuas e abrangentes, mas, ao contrário, particulares, ainda que muitas vezes simultâneas.

Temos ainda que considerar que os muitos relatórios dos intercâmbios que tivemos acesso não têm, aparentemente, a preocupação em identificar seus resultados. Paralelamente, a RCA não conseguiu construir instrumentos que pudesse sistematizar impactos ao longo de todos esses “*meses e anos*”.

Visando a uma melhor compreensão de algumas dessas “respostas”, optamos por agrupá-las em algumas **dimensões**, as quais encontram-se fortemente imbricadas e estão aqui recortadas exclusivamente para fins analíticos. Optamos por apresentar os efeitos considerando os dois conjuntos distintos de organizações integrantes da RCA. Iniciamos pelas organizações indígenas, onde os efeitos transformadores, ao que parece, se fizeram mais presentes.

Dimensão Cultural

“Eu acho bom o que a Rede faz... tipo um caminho, uma ponte pra ajudar a nós, o indígena, que precisa de lutar (...) Aprender entre nós, abrir mais o pensamento, abrir mais visão”.

“Com essas viagens, a cultura fica mais forte. E também prá ajudar as outras comunidades a não ficar fraco! Tem que levantar eles:

– ‘Olha, você não pode ficar assim, esquecer nosso caminho! aonde que nós quer, aonde que nós vamos crescer, prá nosso futuro’”.

Do ponto de vista das organizações indígenas, uma dimensão cultural se sobressai no conjunto dos efeitos de atividades coletivas promovidas através da RCA. A operação da interculturalidade traduz os impactos mais significativos e de natureza simbólica. Como indicado no capítulo sobre contextos, a preservação, a valorização e o revigoramento da cultura, foram apontados por muitos como a *“principal riqueza”* dos povos indígenas. Os intercâmbios, segundo os entrevistados, tiveram aí um papel central.

Conhecer outros povos, no dizer de um dos entrevistados, torna *“a cultura mais forte”*, ao mesmo tempo em que o encontro favorece o fortalecimento da cultura daqueles que recebem a visita. É exatamente a dimensão dialógica do encontro de culturas (em sentido amplo) que se aprimora, voltando-se, principalmente, para uma visão das possibilidades em relação ao futuro. Reside aqui, a nosso ver, um dos conjuntos de impactos mais significativos da RCA.

Algumas viagens de intercâmbios e participação em encontros realizados através da Rede possibilitaram trazer uma dimensão cultural distinta para o interior das sociedades em que vivem. Estamos falando não apenas em jovens, mas também em representantes mais experientes, mulheres e homens maduros, chefes e xamãs destas sociedades. Estes são os porta-vozes de conhecimentos, também específicos, que viajaram com a missão de ver e, ao retornar, relatar aos demais muitos aspectos do que conheceram, não apenas na sua especialidade, mas também relacionados ao modo de vida, mitos, histórias, festas, hábitos alimentares, o que plantam, etc.

A tarefa de localizar um desdobramento da dimensão cultural dos impactos da RCA aponta para os aspectos ligados à **formação** (*“para mim, as viagens são uma escola”*), os quais, por sua vez, estão muito inter-relacionados ao desenvolvimento de projetos das organizações de assessoria que antecederam, historicamente, a formalização da Rede.

Em sua maioria, os *jovens* são os principais interessados em se dedicar à aquisição de novos conhecimentos – e talvez por isso, a maioria das atividades da Rede acabou por privilegiá-los também. Isto implica em um *processo de legitimação interna* destas novas posições sociais / especializações, ou seja, no interior das sociedades indígenas, este ponto recoloca questões voltadas para os desequilíbrios – entre jovens e indivíduos maduros e mais velhos - nos sistemas de trocas de bens materiais e simbólicos, que talvez ainda não se apresentassem como desafios tão intensos da atualidade.

Dimensão Política e Organizativa

“A Comissão de Professores cresceu! A gente tá reconhecido nacionalmente no MEC, a gente tem um representante na Comissão Nacional de Professores Indígenas do MEC – que é o Sabino Krahô – e as secretarias reconhecem a gente!”

“A importância de mais participação na Rede das organizações indígenas, para a gente saber como eles estão fazendo, não só na comunidade, mas fora: políticas públicas mesmo. Como é que funciona pra eles? quais os problemas que eles têm?”

“A gente unindo todas essas entidades na Rede, a gente troca idéia, troca de experiência com outras organizações indígenas: traz mais facilidade de unir, de fortalecer, de lutar junto.”.

Uma dimensão **política** dos impactos da Rede consistiu na ampliação do poder de negociação das organizações indígenas nas relações com o Estado, através do incentivo a lidar com as políticas públicas em níveis distintos - governos municipais, estaduais e federal, ao lado de uma multiplicidade de outros interlocutores.

O tratamento de questões ligadas aos direitos fundamentais de educação, saúde, meio ambiente, etc. exhibe, torna público, exatamente, os esforços voltados para o aprimoramento no desempenho dessas organizações. A abertura de canais de expressão política destacou-se, por exemplo, para a Wyty-Catë, com a criação e reconhecimento da Comissão dos Professores Timbira, com representação junto ao MEC.

Professores da Opiac também relataram que os seguidos intercâmbios realizados no Acre entre diferentes regiões e etnias foram fundamentais em sua “preparação” para a representação que eles hoje têm junto a instâncias do governo e de prefeituras naquele estado: “ganhamos espaço dentro das secretarias de educação no estado e nos municípios. Isso significa que em toda secretaria municipal tem um membro da Opiac para reivindicar e garantir educação diferenciada”. Lideranças da Atix disseram em Carolina que estavam ali também para ajudar: “dizer que não adianta apenas gritar contra a devastação das terras”: “aprendemos e estamos dizendo que temos que negociar, tem que saber negociar com cada um, com os fazendeiros, com os políticos”.

“A gente unindo todas essas entidades na Rede, a gente troca idéia, troca de experiência com outras organizações indígenas – tem mais facilidade de unir, de fortalecer, de lutar junto. Os brancos têm poder com recurso financeiro, nós, indígenas, a gente tem poder na força, na união”.

As atividades da RCA vêm ampliando um conhecimento específico *entre* diversos povos indígenas, sobre a concepção e funcionamento de suas organizações em diferentes esferas (cultural, política e administrativa), voltadas para atuar em campos cada vez mais complexos, possibilitando discutir *entre si* os muitos modos de enfrentamento da realidade. Conhecer melhor como funcionam as organizações indígenas diferentes

incentivou, por exemplo, a reflexão para a constituição da *Associação Hutukara Yanomami*, pelos Yanomami de Demini (AM), possibilitando, por sua vez, uma ressignificação do papel desempenhado pelos assessores.

Os representantes da Atix, por exemplo, relataram que está havendo reuniões de mulheres xinguanas (Kajabi e Kamaiurá) para discutir a constituição de associações de mulheres. Por sua vez, representantes mulheres da Wyty-Catê (que reúne os povos Timbira do Maranhão e Tocantins) mencionaram esta preocupação presente em suas discussões no mesmo sentido: a constituição de um “departamento de mulheres” (foi citado o exemplo da Foirn) ou a criação de uma nova organização.

É relativamente recente a constituição das associações da sociedade civil – formas organizacionais com personalidade jurídica, diretorias, coordenações, departamentos, etc. – entre os povos indígenas do Brasil. Há relatos que indicam que o conhecimento aprendido “*nas viagens da Rede*” contribuíram para que essas entidades ampliassem suas condições de acesso a outras fontes de recursos (os “*convênios da saúde*” com a Funasa são um exemplo), potencializando e expandindo seu campo de atuação.

Através da Rede, a abertura de outros canais de acesso a informações, o aprimoramento das negociações e a lida com a multiplicidade das relações de poder diferenciadas reafirmam um espaço político que, efetivamente, vêm sendo conquistado, em ritmos distintos, pelas organizações formalmente integrantes da Rede. Do mesmo modo, mas numa *escala* distinta, outros povos absorveram os impactos, ainda que indireta e informalmente, da “*rede de intercâmbios*”, um dos trunfos da RCA.

Esta pluralidade de dimensões compreende processos de transformação social que são lentamente percebidos pelos sujeitos sociais, através das semelhanças e das distinções em relação à própria realidade. No caso, a percepção de riscos, ameaças, problemas e conflitos comuns vem levando, por sua vez, a vislumbrar soluções possíveis face ao enfrentamento permanente que a desigualdade nas relações com o mundo dos brancos representa. O fortalecimento de alianças pode ser assim considerado como um dos efeitos mais “visíveis” da RCA.

Dimensão Econômica e Ambiental

“Cada vez que eu vi um trabalhode desenvolvimento importante em outra região, que eu não conhecia, eu tentei trazer prá dentro da minha organização e comecei a discutir junto com os outros companheiros: olha, isso aqui tá dando certo lá, vamos tentar também ver como a gente fazer isso funcionar aqui na nossa terra”.

Seria possível ainda observar efeitos nas dimensões **econômica** e **ambiental**, as quais encontram-se indissociavelmente relacionadas nas ações promovidas pela RCA. Aliás, o encontro realizado em Carolina parece ter sido exemplar na associação desses dois campos: as discussões sobre “subsistência e necessidade de dinheiro” estiveram agregadas às de “preservação das terras indígenas”.

As viagens de intercâmbio realizadas por agentes agroflorestais (de manejo ou ambientais) reforçaram, através do aprendizado e do ensinamento, a prática da discussão de alternativas concretas para o etnodesenvolvimento, com critérios de sustentabilidade. Agentes agroflorestais indígenas formados no estado do Acre, por exemplo, passaram a oferecer oficinas de formação para os professores Tuyuka, no alto rio Tiquié (rio Negro /AM); os agentes ambientais Yanomami (Demini e Toototopi /AM) conheceram a experiência em apicultura para comercialização do mel (projeto no Parque do Xingu, através da ATIX), incentivando-os a uma prática similar.

Estas foram algumas das muitas experiências levadas a cabo através da RCA com a perspectiva da troca de informações - sobre projetos de educação diferenciada ao lado daqueles voltados para a geração e distribuição de renda coletivizada a partir da utilização adequada dos recursos naturais, sistemas de manejo tradicionais, etc. – que representam um outro conjunto de impactos, que são a um só tempo, culturais, políticos, econômicos e ambientais.

É importante observar que o aprendizado adquirido nos intercâmbios não se dá apenas nas terras indígenas especificamente visitadas, mas também no curso dos deslocamentos e nas cidades visitadas. Um dos entrevistados, por exemplo, destacou que o que mais o marcou em uma de suas primeiras “*viagens da Rede*” foram “*os índios pedindo esmola em Rio Branco*”: “*deu muita discussão na volta sobre a situação dos indígenas no Brasil – terra, sustentação, etc.*”

Do ponto de vista das **organizações de assessoria**, também pode ser apontada uma dimensão histórica dos impactos da RCA. A maioria das atividades da RCA promoveu o desdobramento de relações antes relativamente “biunívocas” entre parceiros - isto é, organização indigenista, de apoio ou de assessoria e comunidade/povo/associação indígena - para uma pluralidade de atores que trocam experiências. Através do fortalecimento de laços comuns houve uma considerável ampliação de possibilidades de alianças históricas.

Além da concepção, agendas e roteiros, as atividades realizadas pela RCA foram, em sua quase totalidade, acompanhadas pelos assessores. Embora a maioria das organizações de assessoria tenha uma trajetória histórica distintiva de apoio aos povos indígenas no Brasil, a sua reunião parece ter sido possível através da RCA. Os encontros entre estas organizações vêm promovendo a discussão conjunta de temas, tratados muitas vezes com perspectivas distintas, em áreas de trabalho afins, como educação e meio ambiente. São exemplos, as equipes de educação da CPI-AC, do CTI e, mais recentemente do ISA, assim como a formação de agentes agroflorestais, de manejo, ou ambientais (incluindo aqui a CCPY).

Para algumas organizações, a participação na Rede foi uma oportunidade de qualificar sua equipe. Talvez o melhor exemplo seja a CCPY, cuja participação no grupo de educação indígena da RCA foi um importante meio de aprendizado para uma equipe pequena e relativamente nova: “*a Rede cumpriu o que esperávamos quando entramos; foi um instrumento importante de troca de idéias*”. Um dos entrevistados do ISA relatou que os intercâmbios resultaram também em um aprendizado para sua equipe no campo agro-florestal: “*através dos intercâmbios, minha equipe pode conhecer outros trabalhos feitos*

por agentes de manejo e nos ajudou a arrumar melhor o nosso próprio trabalho nessa área”

Ao lado de ter possibilitado que as organizações-membros se conhecessem melhor, as trocas de experiências adquiridas através dos intercâmbios e o relativo avanço do diálogo com o MEC possibilitaram o amadurecimento do debate, por exemplo, em torno da federalização (versus municipalização ou estadualização) da educação escolar indígena, o que está diretamente ligado à expectativa por mudanças qualitativas de atuação do Estado brasileiro.

6. COORDENAÇÃO E GESTÃO

Todas as informações colhidas nesta avaliação nos levam a crer que a coordenação política e a gestão das rotinas funcionais têm sido os pontos críticos da RCA. De fato, esses eram os elementos que *esquentavam* as discussões e entrevistas, já que era consensual a persistência, por anos, de problemas nessas áreas sem que houvesse amadurecimento nas discussões, ao ponto de se encontrar soluções específicas e melhor articuladas.

A RCA apostou em uma configuração particular, caracterizada pela concentração (isto é, superposição) de funções relacionadas à direção política e a gestão de rotinas em uma mesma instância: a coordenação. Coube, assim, à essa coordenação a responsabilidade por um conjunto variado de atribuições e atividades: planejamento de atividades, articulação política, circulação de informações, controle administrativo, sistematização, contatos com doador (RFN), documentação, entre outras.

A coordenação vem sendo exercida por uma das organizações integrantes, mediante um sistema de rodízio. Ao longo de todos esses anos, a coordenação esteve em mãos, exclusivamente, de organizações de assessoria, sendo que cada qual indicou um de seus técnicos para o cargo de coordenador. Inicialmente, coube à CPI-AC essa tarefa (1998-2000); em um segundo momento (2001-2003), a coordenação passou ao ISA e, desde maio de 2003, a Rede experimenta uma *coordenação partilhada* entre duas organizações, CCPY e CTI.

Esta nova modalidade de coordenação foi uma alternativa encontrada para contornar os limites na capacidade de uma única organização ou, mais precisamente, de um único assessor, dar conta de todas as atribuições. De fato, as rotinas de trabalho no conjunto das organizações que integram a Rede são intensas, o que faz com que a coordenação seja considerada como uma atividade “*a mais*” a ser executada por assessores, que atuam “*no limite*” de suas capacidades. A *coordenação partilhada* não surtiu os efeitos esperados e as fragilidades de coordenação / gestão persistem, tornando-se bastante visíveis ao longo da avaliação. A incorporação formal à RCA das organizações indígenas, no primeiro semestre de 2003, também não trouxe alterações no modo de gestão.

Cabe ainda lembrar que a organização que ocupa a coordenação recebe uma ajuda financeira embutida no orçamento da RCA e concebida enquanto compensação por custos de comunicação, bancários e de uso de equipamentos. Não há qualquer bonificação para o coordenador, o que faz com que suas atividades assumam muitas vezes a feição, como definiu um entrevistado, de “*sobre-trabalho*”.

Os resultados dessa experiência são hoje bastante conhecidos de todos: há deficiências tanto na gestão das atividades como na direção política da RCA. Na verdade, parece haver um consenso dos entrevistados de que a coordenação da Rede tem, até aqui, assumido uma postura mais administrativa do que propriamente política.

No que segue, abordaremos alguns elementos que nos parecem essenciais de serem considerados, tanto pela ênfase dada pelos entrevistados, como também por constar de um elenco de preocupações que motivaram a presente avaliação.

6.1. GERAÇÃO E CIRCULAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Muitos entrevistados – especialmente aqueles que, em algum momento, ocuparam o posto de coordenador – se mostraram bastante críticos quanto às formas de comunicação na Rede, especialmente no que diz respeito ao fluxo de interlocução interna. Falou-se em “*falta de disponibilidade*”, em “*pouco interesse*”, em “*acomodação*”, em síntese, em uma diversidade de práticas e posturas, segundo as quais a constante geração e troca de informações é uma das atividades essenciais de uma rede.

Essa circulação permanente de conhecimentos não é simples, não é fácil e não pode, sobretudo, ser idealizada, especialmente ao se considerar uma rede que congrega organizações complexas como a RCA e que não contou com um arranjo funcional adequado. Portanto, sem querer discordar da existência de dificuldades, os avaliadores consideraram que, dadas as condições e particularidades, a RCA construiu um padrão próprio de circulação de informações que tem sido, no geral, satisfatório. Como em articulações desse tipo, a comunicação flui em medida proporcional ao interesse das organizações em um determinado assunto. Inicialmente, a Rede apostou em um modelo flexível, o qual foi posteriormente aperfeiçoado com a criação de um núcleo constituído por responsáveis de cada organização por essa interlocução. Ao longo dos seis meses de avaliação tivemos um retrato vivo dessa dinâmica de comunicação e não foi possível perceber situações de impasse.

Um relato de um entrevistado expressa bem a dinâmica de comunicação na Rede: “*a comunicação nunca foi perfeita. Diversos e-mails não são respondidos; a comunicação às vezes é muito truncada. Mas, a comunicação para as atividades acontece. Nunca um intercâmbio deixou de ser realizado por esses problemas. A comunicação na Rede só funciona mesmo quanto tem um retorno, quando tem uma motivação para as organizações*”.

Quanto à produção, os avaliadores puderam servir-se de um vasto material que indica que a geração de conhecimento na RCA foi bastante significativa. Além dos múltiplos relatórios de intercâmbios, tivemos acesso a boletins, fotos, cartazes, vídeos, documentos de trabalho, os quais seriam apenas uma parte dos indicadores necessários a uma avaliação. A exata extensão desse material é difícil de calcular, dada sua atual dispersão.

Há muitos indícios de que a circulação interna de todo esse material permaneceu restrita às regiões e não à Rede como um todo. Mas, as dificuldades aí existentes não podem ser explicadas apenas em termos de um ou outro fator. Há que considerar o próprio conteúdo do conhecimento produzido, **o qual despertou um interesse apenas limitado às organizações integrantes**, sejam estas indígenas ou não. Os relatórios dos intercâmbios, um dos principais produtos, são em geral muito descritivos e pouco reflexivos. Cabe perguntar: para quem esses relatórios foram feitos? Tampouco foram elaborados materiais sistematizadores que pudessem transmitir acúmulos e servir de base à preparação de atividades

É preciso também considerar a inexistência de instrumentos adequados para o desenvolvimento de fluxos internos de informação (home-page, informativos periódicos, entre outros), explicada, em parte, pela já citada “*falta de tempo*” da coordenação. Na

verdade, todos os entrevistados demonstraram conhecer bem os problemas aí envolvidos, os quais não são apenas de recursos materiais e pessoais, mas também da capacidade da RCA se afirmar como uma organização que está “*acima da fogueira das vaidades*” de pessoas e organizações que a constituem.

As dificuldades maiores de comunicação na RCA deram-se, contudo, nas diversas tentativas de tornar seus produtos e atividades conhecidos nacionalmente. Propostas de edição de publicações temáticas, construção de homepage, folders, entre outras, não passaram de intenções. Serve de exemplo as discussões havidas em torno da publicação de uma revista (*Acervo*) que tinham a intenção de suprir esta lacuna: reunir e divulgar o extenso material produzido, por escrito, no âmbito da Rede.

Apesar de possuir um belo logo, o fato é que a imagem pública da RCA é hoje muito frágil ou mesmo inexistente. Mas, temos que considerar que a apresentação pública da Rede nunca se constituiu em uma “questão” para os seus integrantes. Ao longo de boa parte de sua existência, a RCA permaneceu voltada para dentro, por ter como objetivo principal o fortalecimento das organizações que a integram. Apenas em um segundo momento (a partir de 2003), que a visibilidade social da Rede surge como uma “questão”, ainda assim, por um tempo limitado. Apesar de ao longo do primeiro semestre de 2005 a Rede ter-se novamente voltado exclusivamente para dentro, uma atuação pública permanece enquanto expectativa de alguns – o que muito provavelmente recolocará essa discussão.

6.2. RELAÇÃO DA RCA COM RFN

Segundo os entrevistados, as relações entre a RCA e a RFN têm sido em geral bastante satisfatórias. Do ponto de vista das organizações integrantes da RCA, a RFN tem sido marcada por uma postura flexível e aberta, diferenciando-se de comportamentos mais rígidos e típicos de uma “agência” de cooperação.

Há, contudo, indícios de falta de um diálogo mais aberto, especialmente em momentos em que a RFN manifesta algumas de suas “expectativas” quanto à atuação e desempenho da Rede, algumas das quais são aceitas e incorporadas sem discussões mais aprofundadas. Esse parece ter sido o caso dos investimentos passados da Rede no campo das políticas públicas, os quais teriam sido feitos, em parte, como resposta a uma “*insistência*” de RFN⁵. Percebe-se, assim, que as fragilidades anteriormente mencionadas quanto à **direção** da Rede repercutem na dificuldade de um diálogo mais aprofundado com a RFN sobre temas e estratégias de intervenção política. Ao mesmo tempo, diversos entrevistados foram críticos quanto às indefinições políticas da própria RFN, trazendo incertezas e questionamentos relativos ao grau de compromisso (da RFN) com os projetos que financia, independentemente dos recursos destinados à Rede.

Do ponto de vista de RFN, a relação com a RCA é marcada por expectativas acerca de seu desempenho, inclusive como meio de ampliar sua legitimidade frente a seu público e doadores (Estado e sociedade civil norueguesa, por exemplo). Visibilidade, atuação

⁵ É evidente que a incorporação dessa dimensão na Rede dá-se em um contexto onde as próprias organizações se sentiam amplamente motivadas a uma interlocução com tomadores de decisão sobre políticas públicas de educação indígena.

política, ações transformadoras, captação de recursos estão entre os principais elementos que nutriram, e ainda nutrem, a aposta da RFN na RCA.

As entrevistas com a direção e equipe da RFN indicaram que boa parte das dificuldades na relação concentram-se no campo do planejamento, monitoramento e sistematização de atividades e resultados – refletindo a pouca preocupação das sucessivas coordenações da Rede em aperfeiçoar ou mesmo desenvolver mecanismos adequados nessas áreas, inclusive para atender às exigências crescentes. Trataremos desse assunto mais adiante.

6.3. MONITORAMENTO E DOCUMENTAÇÃO

Foram muito poucas as iniciativas da coordenação da RCA para a construção de um sistema minimamente eficiente de planejamento, monitoramento e avaliação das atividades e seus resultados.

O planejamento é anualmente feito em encontros de avaliação e planejamento e sistematizado em um plano de trabalho (Plano Operativo Anual), o qual vem sendo apresentado nos últimos anos em uma matriz que se pretende lógica. As sucessivas experiências de planejamento coletivo contribuíram para um paulatino aprimoramento dos Planos de Trabalho da RCA, mas estes ainda encontram-se bastante distantes de uma configuração adequada em seus elementos essenciais: objetivos gerais, metas e objetivos específicos são conceitualizados e formulados de modo confuso e consideravelmente genérico, assim como os resultados esperados; os indicadores são inadequados tanto para monitorar atividades como resultados (Cf. Plano de Trabalho 2005).

No que diz respeito ao monitoramento de atividades e seus resultados, a Rede opera sem qualquer instrumento, mesmo que se saiba que haveria diversas formas de controlar sua realização e seus efeitos. É, de certo modo, incompreensível o fato da Rede não possuir dados básicos minimamente sistematizados sobre os intercâmbios realizados. Como dissemos, não há informações que permitam precisar o número de intercâmbios promovidos pela RCA ao longo de sua existência. Está na hora da Rede exercitar-se nesse campo, criando instrumentos simples que possam ser aos poucos aprimorados. Os Anexos 5 e 7 apresentam sugestões de dois desses instrumentos, que serão melhor apresentados no capítulo sobre Recomendações.

Por fim, cabe registrar que não existe uma documentação sistematizada e disponível na RCA. A rotatividade da coordenação agravou este quadro e o rico acervo da RCA (textos, vídeos, cartazes, mapas, etc.) encontra-se disperso entre as várias organizações que a compõem e na RFN. A montagem do dossiê para se proceder à presente avaliação revelou as muitas dificuldades para reunir parte desses documentos. Não se tem registro de uma discussão ampliada sobre os propósitos da RCA em dispor de uma documentação, assim como da adoção de procedimentos padronizados para organização de seu acervo (compilação, armazenamento, classificação, etc.).

A expectativa é de que um novo formato de coordenação e gestão da Rede permita que sejam iniciados experimentos simples e acessíveis para sistematizar informações relevantes sobre as ações da RCA e para a constituição de seu acervo de documentos. Estes são elementos fundamentais para uma maior visibilidade da Rede e uma forma de tornar mais concreta e palpável a sua memória.

6.4. GERENCIAMENTO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O controle administrativo dos recursos financeiros disponibilizados pela RFN à RCA é feito pelas organizações que desempenham a tarefa de coordenação. Esta gestão financeira tem sido, em geral, positiva, pois conta com um considerável grau de flexibilidade de RFN. No que diz respeito ao repasse dos recursos, os problemas existentes não se diferenciam daqueles comuns à dinâmica da cooperação internacional: flutuação de câmbio, dificuldades em antecipar recursos para atividades nos primeiros meses do ano, eventuais atrasos nas remessas. Segundo um dos atuais coordenadores, são raras, ou mesmo inexistentes, as situações em que uma atividade planejada deixou de ser executada por problemas relacionados à remessa de recursos financeiros.

Contudo, o formato adotado para prestação de contas tem gerado uma série de problemas e precisa ser revisto. Desde sua constituição, os recursos destinados à Rede são recebidos diretamente pela organização que está na coordenação, a qual, mediante solicitação, os repassa às organizações responsáveis pela execução das diferentes atividades previstas nos Planos Operativos Anuais (POAs).

Curiosamente, a prestação de contas dessas atividades não é feita à coordenação da Rede, mas diretamente à RFN. É desnecessário detalhar a diversidade de problemas que se originam desta prática, os quais se estendem desde diferenças em contas até alterações substantivas na atividade programada, sem comunicado prévio. É, de certa forma, surpreendente que a RCA e a RFN tenham por anos adotado este procedimento, o que contribuiu para subtrair peso de uma coordenação, cujas atribuições concentraram-se justamente no plano administrativo-financeiro. Recomendamos que a partir de 2006 as instâncias de direção da RCA assumam de fato o controle administrativo tanto frente a RFN quanto às organizações-membros.

Um das questões apresentadas nos Termos de Referência indaga de que forma a RCA está mobilizada a ampliar suas fontes de financiamento. Até agora a RCA funcionou exclusivamente com recursos de RFN, obtidos sob a forma de projetos. Não há registro de iniciativas para ampliar e diversificar essas fontes. Talvez a única nessa direção tenha sido a proposta de uma contribuição anual e voluntária (US\$ 100) por parte das organizações integrantes, a qual não surtiu os **efeitos esperados** e foi logo abandonada.

O volume e regularidade dos recursos de RFN ocasionaram, “naturalmente”, uma situação de acomodação quanto à sustentabilidade financeira da Rede – mesmo que boa parte dos entrevistados reconheça que há hoje um campo aberto de possibilidades de captação de recursos para a RCA e *através* da RCA. Esta talvez seja mais uma das dimensões de “*sub-utilização*” da Rede.

É muito provável que já nos próximos anos a Rede passará a compartilhar os desafios vivenciados por outras articulações similares de conseguir manter ou ampliar suas fontes de recursos.

7. RECOMENDAÇÕES

Com base nas formulações dispersas ao longo deste relatório, podemos identificar quatro principais conclusões dessa avaliação:

- a RCA é uma iniciativa pioneira no Brasil em propiciar, de modo sistemático, uma interlocução entre diferentes povos e organizações indígenas, notadamente através de intercâmbios, concebidos e executados enquanto um instrumento de construção e aprimoramento de capacidades em várias dimensões;
- a RCA tem conseguido cumprir os objetivos mais gerais a que se propõe, impondo-se como um importante espaço de troca de experiências, problemas e estratégias e, com isso, alterando de forma positiva a atuação das organizações parceiras de RFN no Brasil, notadamente nas áreas temáticas que contaram com seu apoio;
- apesar de recorrentes problemas de gestão, os avaliadores puderam identificar uma trajetória de gradual aperfeiçoamento da Rede, seja em termos de sua composição, do grau de participação de seus integrantes ou mesmo da qualidade das atividades realizadas;
- a percepção do conjunto dos entrevistados sobre a Rede é bastante positiva, não apenas acerca da relevância das atividades que foram realizadas, mas, principalmente, em termos de valorização de suas potencialidades futuras.

É com base nesse conjunto de conclusões positivas que os avaliadores apresentam a primeira e principal recomendação deste trabalho: a continuidade, ao longo dos próximos anos, do apoio de RFN à RCA. O diálogo franco e aberto que se instalou entre os avaliadores e as organizações integrantes da Rede possibilitou a construção de uma série de recomendações, algumas inclusive de caráter provisório, que devem ser vistas como subsídios para tomadas de decisão e produção de novas alternativas ao seu funcionamento.

Antes, porém, de detalharmos essas recomendações, cabe indicar que, tendo por base a experiência até aqui empreendida, os avaliadores trabalharam com uma dupla perspectiva de continuidade da Rede:

- a primeira seria marcada por continuidades: a RCA permaneceria nos próximos anos como uma rede de parceiros da RFN no Brasil e, conseqüentemente, com uma dinâmica de atuação restrita a certas temáticas e atividades (notadamente aquelas relacionadas às prioridades da RFN no Brasil) e sendo gerida de forma mais ou menos estável por assessores das organizações que a integram, em um sistema de rodízio;
- a segunda perspectiva seria marcada por mudanças em busca de uma rede com perfil mais consolidado que o atual, seja em termos de sua identidade, composição, abrangência de atividades, dinâmica de funcionamento e procedimentos de gestão.

Uma série de consultas realizadas acerca dessas perspectivas deixou claro que parte considerável das organizações integrantes postularam um novo tipo de presença da RCA

como espaço de articulação e de criação de oportunidades. Ao que parece, há entre essas organizações uma percepção comum sobre as potencialidades intrínsecas à Rede e, sobretudo, as oportunidades hoje abertas a articulações dessa natureza. Para os avaliadores, está claro que a RCA não é “a” prioridade na pauta das organizações que a integram, mas ela é vista como um instrumento que pode ter uma importância crescente para o alcance de suas missões institucionais. Paralelamente, parece ser também comum a constatação de desgastes nos atuais mecanismos de gestão e, por consequência, a existência de limites em sua capacidade de proposição e execução de ações.

Portanto, é com base nessa disposição a mudanças que os avaliadores recomendam a busca de uma rede com perfil mais consolidado que o atual. Certamente, a condução de uma iniciativa como esta não é simples. Há inúmeras oportunidades para que redes, fóruns e articulações se dispersem ou mesmo se burocratizem, perdendo a dinâmica e flexibilidade que as caracterizam. Os desafios a enfrentar são, portanto, variados.

No que segue, apresentaremos alguns procedimentos que, se criados ou intensificados, poderiam assegurar a continuidade da Rede e potencializar os efeitos positivos de sua atuação. Apresentaremos essas sugestões / recomendações em blocos temáticos:

7.1. RE-EXPLICITAÇÃO DA IDENTIDADE E DOS OBJETIVOS DA RCA

Conforme indicado, a faceta mais visível da identidade da RCA foi construída tendo por base a relação de parceria de cada um de seus integrantes com a RFN. As entrevistas revelaram, contudo, que há uma série de outras identidades, existentes ou possíveis de serem construídas, que, se devidamente exploradas, poderiam ter dado maior densidade política à Rede. Durante todos estes anos, a explicitação da identidade da RCA e de seus objetivos mais gerais não foram temas que tenham mobilizado discussões internas.

Esse foi um ponto amplamente debatido no encontro de Manaus, quando os participantes se mostraram sensíveis a esta discussão e indicaram uma série de elementos que deveriam ser constitutivos da vocação específica da RCA em relação às demais redes hoje existentes no Brasil. Indicaremos, a seguir, os quatro que nos parecem principais:

- mesmo considerando a complexidade das relações sociais em que se insere, a RCA deve se apresentar enquanto uma rede essencialmente voltada para povos indígenas, sendo esse o público ao qual seriam destinados suas ações e recursos;
- a RCA não deve ser uma rede limitada à Amazônia, seja em termos de composição e atuação. Há um consenso entre os atuais integrantes que a Rede deve “abrir-se” para incorporar organizações e povos situados em outras regiões;
- a RCA deve deixar, paulatinamente, de ser uma “rede de parceiros da RFN”, construindo uma autonomia política e financeira em relação a esta organização;
- em decorrência dos pontos anteriores, haveria alterações na composição da Rede, onde, por um lado, nem todas as organizações parceiras de RFN seriam necessariamente integrantes da RCA e, por outro lado, a Rede integraria outras organizações que não são diretamente apoiadas pela RFN. A perspectiva seria

de uma paulatina ampliação do espectro de organizações integrantes e de beneficiários de suas ações.

Após essas indicações, recomenda-se que a Rede retome o desafio de articulá-las em uma conceituação que explicita seus objetivos mais gerais e distintivos frente a articulações similares hoje existente no Brasil.

Uma primeira definição da Missão da RCA e de suas principais estratégias de trabalho foi feita no Encontro Final de Avaliação e encontram-se reproduzidas no Anexo 10.

7.2. INTEGRAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

A incorporação das organizações indígenas à RCA é relativamente recente - data do início de 2003 - momento em que passaram a contar com apoio direto de RFN. Constatou-se, contudo, que essa incorporação ainda está bem distante de ser plena. Se, por um lado, parte considerável das atividades da Rede volta-se diretamente para os povos indígenas e suas organizações, por outro, é ainda bastante frágil sua participação na formulação de tais atividades e, principalmente, nas múltiplas tarefas relacionadas ao funcionamento da Rede.

Durante o encontro de Manaus, pode-se constatar dois outros elementos importantes dessa participação. É bastante elevado o grau de desconhecimento das organizações indígenas sobre a RCA, sua origem, trajetória e potencialidades. Paralelamente, parte considerável dos entrevistados expressou a vontade e também a necessidade de suas organizações terem uma participação ativa no funcionamento da RCA.

Com vistas a dar início à superação desse desequilíbrio, recomendamos a realização, ainda no segundo semestre de 2005, de seminários reunindo duplas de parceiros (OPIAC/CPI-AC, ATIX/ISA, etc.), com o objetivo de traduzir, informar e refletir sobre a RCA, inclusive os resultados da presente avaliação. É fundamental que estes seminários reúnam toda a direção e as principais lideranças das organizações indígenas. Por razões orçamentárias, sugerimos que esses seminários sejam realizados, na medida do possível, como parte constitutiva das atividades regulares dessas parcerias.

Paralelamente, a RCA deve examinar os problemas de comunicação existentes com as organizações indígenas e, com estas, encontrar para cada caso soluções e dinâmicas específicas para sua superação. Esse é um ponto que deve ser inicialmente tratado nos seminários e considerado pelas instâncias de direção da Rede nos próximos anos.

7.3. APERFEIÇOAR MECANISMOS DE DECISÃO E FUNCIONAMENTO

Uma renovação da RCA como a que está aqui sendo sugerida pressupõe certas alterações em sua forma de direção política e de gestão. De fato, um dos consensos entre as organizações-membros é o esgotamento de sua atual forma de coordenação. Como vimos, a gestão de uma rede ativa exige dedicação contínua, o que nem sempre foi possível devido ao ritmo e à dinâmica que têm sido impostos para as organizações que a integram.

Tendo por base a experiência de outras redes similares e também o cuidado de não se complexificar ou mesmo institucionalizar a RCA, estamos propondo que se *experimente* uma forma de gestão parcialmente diferenciada da hoje existente. As diferenças aqui propostas podem ser resumidas em três:

- distinção clara entre instâncias de direção política e de gestão da Rede;
- incorporação, através de contratação formal, de um profissional externo para executar as múltiplas atividades relacionadas à gestão e funcionamento da Rede;
- uso freqüente de serviços de terceiros, mediante a contratação de consultorias para tratar de temas específicos.

O formato *possível* que está sendo aqui proposto é constituído por três instâncias: **(i)** Encontro Nacional; **(ii)** Coordenação Ampliada; **(iii)** Secretaria Executiva.

O **Encontro Geral da RCA** seria o espaço superior de discussão dos objetivos de curto e médio prazos da RCA e de deliberação de estratégias gerais para seu alcance. Os Encontros devem ser periódicos e reunir um representante da direção de cada uma das organizações da Rede. Sugerimos que, nos próximos dois anos, os encontros sejam anuais e, a partir de então, se avalie a pertinência (inclusive orçamentária) destes se realizarem a cada dois anos.

O **Conselho Político** seria uma instância intermediária entre os Encontros Gerais e a Secretaria Executiva. Propomos que seja constituída por um grupo de quatro organizações, sendo duas indígenas e duas não-indígenas, que acompanharão proximamente a dinâmica da Rede. Duas seriam as atribuições principais deste Conselho: **(i)** executar – ou, mais precisamente, fazer executar – as deliberações dos Encontros Gerais; **(ii)** acompanhar e orientar as atividades de gestão da Rede, a cargo da Secretaria Executiva.

Parece-nos fundamental que os representantes indicados pelas organizações que integram o Conselho sejam pessoas que nelas ocupem cargos de direção e que a RCA crie regras que inibam a rotatividade dessa equipe.

A **Secretaria Executiva** será uma instância central na gestão da RCA e, por isso, o profissional designado para o cargo de secretário deve ter um perfil profissional bem definido. Ele será o responsável por ao menos quatro amplos conjuntos de atividades: **(i)** criação de alternativas gerenciais internas, inclusive de natureza administrativo-financeira; **(ii)** proposição e execução de procedimentos que viabilizem o cumprimento das decisões dos Encontros Nacionais e da Coordenação Ampliada; **(iii)** animação da Rede, tanto em termos de estabelecimento de um fluxo contínuo de comunicação com e entre as organizações, como na sugestão de atividades e processos que dinamizem a RCA; **(iv)** Planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização das atividades da Rede e de seus resultados. Evidentemente, é fundamental que o Secretário Executivo possua afinidades com os objetivos da Rede e que porte experiência de trabalho com a temática indígena; **(v)** Elaboração e monitoramento de um protocolo que formalize minimamente as rotinas funcionais da RCA. Sugerimos que a Secretaria Executiva conte ainda com recursos que permita à RCA contratar temporariamente serviços de profissionais especializados para executar atividades específicas.

Ao longo do Encontro Final de Avaliação diversos aspectos da coordenação política e da gestão de rotinas da RCA foram detalhados (ver Anexo 10): **(i)** definição de um “Núcleo Fundador da RCA”; **(ii)** critérios de incorporação de novas organizações-membros; **(iii)** eleição do Conselho Político da RCA (2006-2007); **(iv)** parâmetros para contratação do Secretário Executivo; **(v)** principais tarefas do Conselho Político da RCA para o período agosto-dezembro de 2005.

7.4. PROSSEGUIR COM OS INTERCÂMBIOS

Os intercâmbios têm sido a principal atividade da Rede e aquela que – como vimos no decorrer deste Relatório – apresentou os efeitos mais transformadores. As entrevistas revelaram que a RCA conseguiu reunir um acúmulo de conhecimento sobre essa atividade, que ainda está por ser sistematizado e disseminado.

A RCA decidiu não realizar, ao longo de 2005, os intercâmbios em seu formato convencional e substituí-los por “reuniões de trabalho”. O primeiro desses encontros conseguiu conciliar, de modo oportuno, um seminário temático, rodadas de discussões para aprofundamento de temas específicos e visita a uma terra indígena. Inovações como esta devem prosseguir sendo experimentadas, pois ao lado de possibilitarem a circulação direta de informações, permitem tratar em conjunto de questões relevantes para o funcionamento da Rede.

Recomendamos, contudo, que os intercâmbios tenham continuidade e que esta seja orientada não pela quantidade (como em anos passados), mas por uma busca incessante de sua qualificação. Sugerimos maior atenção quanto a alguns aspectos:

- os intercâmbios devem ser melhor concebidos, em termos de definição de seus objetivos particulares, temas específicos e efeitos que se espera alcançar com sua realização. Acreditamos que a ficha sugerida para planejamento de atividades (Anexo 5) pode ser um instrumento que contribua para esse aperfeiçoamento;
- é fundamental que se busque formas de ampliar a participação das organizações indígenas na concepção e no planejamento destes intercâmbios;
- os intercâmbios realizados no âmbito da RCA não podem estar circunscritos a uma dada parceria, mas devem envolver grupos, maiores ou menores, de organizações parceiras. Os casos recorrentes são aqueles que estiveram limitados à parceria CPI-AC / OPIAC, os quais deveriam ter sido realizados no âmbito de projetos específicos dessas duas organizações e não com os recursos da RCA;
- necessidade de uma maior atenção na preparação dos participantes de cada intercâmbio. Parece-nos fundamental que os intercâmbios sejam precedidos de atividades locais que discutam os temas a serem tratados;
- passados todos estes anos, já é hora da RCA sistematizar e disseminar as múltiplas formas de transferência de conhecimento adquirido nos intercâmbios entre as populações indígenas, inclusive para avaliar e estimular aquelas que são mais eficazes para cada povo ou organização (boletins, vídeos, fotos, etc.);

- a RCA deve discutir se não seria oportuno conceber elementos mínimos que poderiam contribuir com as organizações indígenas na seleção dos participantes dessas atividades. Em que medida e de que forma é possível ampliar a participação de mulheres que hoje são reconhecidas como lideranças locais/regionais? Como estimular uma participação conjunta de indivíduos mais velhos e jovens nessas iniciativas? Como assegurar a participação de lideranças já estabelecidas com outras que estão despontando ou, como disseram dois entrevistados, “*precisando de uma injeção*” ou “*abrir sua visão do mundo indígena*”?

7.5. DIVERSIFICAR ATIVIDADES: A RCA COMO UM ESPAÇO DE ATIVAÇÃO DE PROCESSOS

A RCA somente ganhará expressão, adesão e legitimidade interna na medida em que suscitar o interesse das atuais organizações integrantes e de outras novas em participar e contribuir para o seu desenvolvimento. Para tanto, é fundamental que a Rede diversifique consideravelmente o espectro de suas atividades e abandone uma postura segundo a qual todos têm que fazer ou participar de tudo.

Parece-nos fundamental que a RCA passe também a ser vista como um espaço maleável de ativação de processos que interessem e congreguem parte, maior ou menor, de suas organizações integrantes. Ao longo da avaliação, por exemplo, um grupo limitado de organizações sinalizou a necessidade de estruturar sua documentação, inclusive em uma possível base comum e dialogável. Sabemos que isso envolve rodadas de diálogos preparatórios, inclusive com participação de consultores especializados, que poderiam culminar, ou não, com a formatação de um projeto comum a ser apresentado a doadores interessados em apoiar consórcios. A Rede deve valorizar e dar atenção a possibilidades de intercruzamento como esta, inserindo-as em seus planos de trabalho e orçamentos anuais como uma atividade com importância similar a dos intercâmbios, por exemplo. Enfim, a questão central a ser continuamente respondida é: de que forma a rede pode subsidiar grupos de organizações que a integram?

Ao longo da avaliação, foi possível identificar uma série de iniciativas similares à indicada acima, que poderiam se integrar à agenda da RCA nos próximos anos. Além do exemplo já citado, os entrevistados mencionaram: **(i)** compartilhar atividades de formação continuada em temas específicos e de interesse de grupos de organizações integrantes (gestão de projetos, proteção e fiscalização, legislação, educação indígena, alternativas econômicas, etc.); **(ii)** realização de mini-campanhas anuais, a partir da eleição de uma questão regional (exemplo: revisão dos limites territoriais da TI Cachoeirinha/Terena - MS); **(iii)** elaboração de projetos coletivos para áreas de trabalho de difícil apoio, como geoprocessamento e banco de imagens.

Em possibilidades como estas, a RCA atuaria fundamentalmente como um embrião, ou seja, como um espaço que aporta recursos para maturação e geração de novas iniciativas e projetos, envolvendo parte de suas organizações integrantes, os quais seriam por elas executados fora do ambiente da Rede. Como dissemos, a participação de organizações nessas iniciativas deve ser inteiramente voluntária e auto-motivada.

Os avaliadores são céticos quanto às possibilidades, especialmente a curto prazo, de a RCA atuar como um ator político em esfera nacional ou mesmo em questões desse escopo. Há um longo caminho a ser construído para tal e temos que considerar que as organizações integrantes já estão inseridas em diversas outras redes com tais propósitos ou mesmo estão criando (nesse exato momento) novas articulações justamente com esse fim (Cf. Fórum de Defesa dos Povos Indígenas).

Contudo, é importante frisar que os entrevistados portam opiniões muito diversas sobre esse assunto. Ao lado dos que afirmam que faltam acúmulos no diálogo político entre as organizações que permitissem à Rede se posicionar politicamente, há os que são otimistas e vêem que, apesar das diferenças, a RCA pode vir a ser uma instância legítima de articulação e de proposição de políticas. Sugerimos que, nos próximos anos, a Rede se exercite em campanhas regionais, como já sugerido, e que sejam avaliadas com cautela possibilidades de estender essa experiência a iniciativas mais amplas.

7.6. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E POSSIBILIDADES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Inicialmente, cabe reproduzir uma recomendação já feita para que a partir de 2006 as instâncias de direção da RCA assumam de fato o controle administrativo-financeiro tanto frente aos doadores quanto às organizações-membros.

Recomendamos também que essas instâncias rompam com a postura de acomodação da RCA frente aos recursos de RFN e desenvolva iniciativas com vistas a buscar novas fontes apoios para suas atividades ou mesmo para o seu funcionamento enquanto uma articulação socialmente relevante. Como dissemos, não há dúvidas que a RCA, pelo próprio peso institucional das organizações que a constituem, pode vir a possuir uma ampla legitimidade para captar recursos nacionais e internacionais. Com base nas tendências da cooperação, estima-se que essa capacidade possa ser, inclusive, superior a de muitas das organizações que integram a RCA, quando consideradas isoladamente.

Apesar de não ser adequado pormenorizar recomendações em uma avaliação com esta abrangência, apresentamos no Anexo 6 um quadro contendo um exercício que pode servir de base para discussões sobre mudanças na estrutura orçamentária da RCA, a partir do novo arranjo institucional que está se propondo nesta avaliação.

7.7. APERFEIÇOAR INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Como já indicado, a criação de procedimentos internos de monitoramento e avaliação das ações e resultados não têm recebido das sucessivas coordenações da RCA a devida atenção, apesar de certas iniciativas pontuais que não tiveram seqüência ou que necessitam ser bastante aprimoradas.

O que nos parece central, aqui, é não complexificar. Portanto, é fundamental que a RCA desenvolva, aplique e aperfeiçoe instrumentos simples e acessíveis que sejam apropriados a sua configuração e aos tipos de atividades executadas. Os poucos instrumentos a que tivemos acesso vão na direção justamente contrária a esta (ver, por exemplo, o documento “Idéias para um roteiro de viagem da Rede Latinoamericana”).

Para contornar os problemas identificados na matriz lógica de planejamento, por exemplo, sugerimos um exercício de experimentação de uma ficha de planejamento (Anexo 5), a ser preenchida pela organização responsável pela proposição de uma dada atividade à RCA e que deve servir de base à aprovação, por parte das instâncias de direção. Se devidamente preenchida, estas fichas conterão os elementos centrais para elaboração adequada de uma matriz lógica de planejamento.

Sem querer passar receitas prontas, acreditamos que instrumentos como esse podem ser utilizados ao fim de cada atividade para colher informações dos participantes sobre a importância e qualidade de execução. É urgente que a RCA elabore, e passe a alimentar, uma base de dados que agregue informações essenciais sobre os intercâmbios realizados. A matriz no Anexo 7 pode ser aperfeiçoada para esse uso.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2005

Luciano Nunes Padrão

Iara Ferraz

A N E X O S

Anexo 1

Termo de Referência para avaliação da REDE DE COOPERAÇÃO ALTERNATIVA- RCA – BRASIL

INTRODUÇÃO

Cronologia

A Rede brasileira começou em 1996 como parte integrante da Rede América Latina, em parceria com o Fundo de Desenvolvimento. Foram organizados seminários anuais em América Central até 2002, quando o Brasil foi anfitrião e decidiu dar prioridade a uma Rede nacional (despesas dos seminários anuais foram remanejadas para viagens de intercâmbios entre o grupo alvo no Brasil). No ano 1998 os parceiros da RFN – ISA, CPI-AC, CTI, APHA - começaram a fazer viagens de intercâmbios entre os projetos no Brasil, além da participação no seminário anual. A CCPY se integrou na Rede a partir do ano 2000, e o IEPÉ desde 2003. APHA saiu da Rede a partir de 2003, ano em que foi decidida a incorporação das associações indígenas como membros da Rede e não apenas como beneficiárias.

Nos primeiros dois anos (1996 e 1997) o projeto consistiu na participação dos quatro parceiros da RFN nos seminários anuais em América Central. Em 1997 a Rede América Latina implantou seu planejamento estratégico, e coletivamente formulou **o objetivo** da Rede: *“Fortalecer las organizaciones socias de la Red que trabajan con sectores marginales mediante la capacitación y el intercambio de experiencias e información, en el marco del desarrollo sostenible”*.

Nos seguintes dois anos (1998 e 1999) o projeto cresceu, consistindo de intercâmbios além do seminário anual. Nesta época a Rede brasileira trabalhou com **o objetivo**: “Conhecer melhor os trabalhos das organizações parceiras, criando estratégias de Cooperação e divulgação”. O programa de intercâmbio da Rede teria um caráter de formação voltado para o público alvo, índios e seringueiros. A parte formal foi coordenada pela CPI, dentro do contrato RFN-CPI.

Na seguinte fase (2000-2002) se trabalhou com o **objetivo**: “Ampliar a capacidade de compreensão, formulação e intervenção, deste público (índios e seringueiros) em seus projetos de desenvolvimento”. Além dos intercâmbios, o projeto consistiu em seminários temáticos e planejamento. A partir do ano 2000 a organização elegida para coordenar o projeto assina o contrato.

Para o período 2003-2005 foi negociada uma nova fase do projeto, ficando como objetivo principal: “Fortalecer institucionalmente as organizações parceiras no campo político em que atuam”. Para esclarecer melhor como realizar isso, o objetivo foi reformulado em

2004 no matriz do Marco Lógico (veja contrato 2004, apêndice 1^A): “O objetivo do Projeto é ter os parceiros da Rede cooperando em estratégias para obter mudanças políticas para os índios nas regiões de suas atuações”.

Passados quase nove anos a RCA sente a necessidade de realizar uma avaliação externa visando levantar subsídios concretos que lhe possibilite estimar/julgar a continuidade da Rede e os resultados do seu projeto. A RFN sente a necessidade de avaliar se o objetivo do projeto está sendo atingido, com os resultados esperados, dentro do horizonte do tempo proposto.

Justificativa do projeto

A RCA-Brasil foi implantada para que as comunidades indígenas e suas organizações assessoras tenham condições de atuar no cenário das políticas públicas brasileiras que têm interface com os interesses dos povos indígenas, sobretudo no campo da educação escolar, ambiental e do desenvolvimento econômico. Fazer intercâmbios de experiências entre povos indígenas ou demais setores da sociedade que desenvolvem projetos auto-sustentáveis e debater temas como educação e modelos alternativos de desenvolvimento econômico são os caminhos propostos para alcançar esse objetivo mais amplo da RCA. Isto porque as políticas na área de educação e desenvolvimento, na história do Brasil, não estão voltadas para as minorias étnicas. Ao contrário, elas foram sempre vistas como populações transitórias, aptas a alcançarem o mesmo nível de progresso que a sociedade ocidental européia. Além disso, sendo o Brasil um país que exalta sua democracia racial, a ideologia do Estado brasileiro tende a impor para as minorias étnicas valores construídos em torno de um único paradigma de desenvolvimento baseado em tecnologia e urbanização. As populações indígenas são facilmente marginalizadas por este modelo, apesar do reconhecimento generalizado da importância dos conhecimentos tradicionais para a manutenção de condições socioambientais dignas para toda a população do planeta.

AValiação e Perguntas Relevantes

Objetivo principal da avaliação:

- a) Analisar os efeitos e impactos da RCA-BR sobre seus beneficiários .
- b) Oferecer subsídios para delinear sua trajetória nos próximos anos.

Abrangência e foco:

Os consultores deverão analisar a implementação do projeto enfocando:

- a) *Eficácia*: estimar o sucesso do projeto em alcançar os seus objetivos a partir de 1998
- b) *Impacto*: efeitos do projeto; mudanças (positivas e negativas) causados pelo projeto
- c) *Relevância*: avaliar a utilidade do projeto para o grupo alvo

Perguntas concretas a serem respondidas

Sob o aspecto organizacional:

- Avaliar lados fortes e fracos da coordenação da RCA no Brasil
- Avaliar lados fortes e fracos da coordenação entre Brasil e Noruega
- A coordenação dispõe de recursos adequados para funcionar satisfatoriamente?
- Avaliar como a participação das organizações indígenas na RCA está funcionando.
- Em que medida os intercâmbios devem limitar-se aos parceiros da rede ou incluir outras experiências?

Sob o aspecto do controle dos recursos:

- O controle por parte das entidades coordenadoras tem funcionado adequadamente?

Sob o aspecto da visibilidade:

- Em que medida a RCA tem propiciado uma maior visibilidade para as organizações parceiras e financiadora?
- Avaliar a utilidade de uma página web para a RCA.

Sob o aspecto da continuidade:

- *De que forma as organizações parceiras (Brasil e Noruega) estão mobilizadas a ampliar as fontes de financiamento e agregar novos parceiros à RCA?*

Sob o aspecto da replicabilidade:

- De que forma as organizações parceiras podem contribuir para reproduzir a experiência da RCA junto a outras instituições e contextos?

Em relação aos Planos Operacionais Anuais (POA):

- Esta sistemática assegura a verificação dos resultados e impactos?

Em relação aos intercâmbios:

- Como a RCA tem sistematizado as experiências dos intercâmbios? Caso não foi feito, como se poderia fazer
- Avaliar os formatos para roteiros/observações e relatórios.
- Avaliar as rotinas de acompanhamento depois das viagens
- Avaliar as rotinas de divulgação das experiências (como e para quem)
- Avaliar os produtos escritos oriundos dos intercâmbios.
- Os participantes dos intercâmbios atuam como agentes de mudança?
- Avaliar se os efeitos dos intercâmbios foram positivos

Em relação à atuação aos Seminários Temáticos:

- Avaliar se os efeitos dos Seminários temáticos foram positivos

Em relação à atuação em políticas públicas:

- Avaliar se os efeitos da atuação da Rede nas políticas públicas de educação indígena foram positivos

COMPOSIÇÃO DA EQUIPE DE AVALIAÇÃO

A equipe da avaliação estará composta por Iara Ferraz e Luciano Padrão, conforme indicado pelos representantes da rede e da RFN na reunião do dia 10/11/04, em Brasília . Luciano Padrão será o coordenador da equipe e responsável pela redação do relatório final.

Os contratos dos consultores serão assinados diretamente com a RFN. O total pagamento da consultoria depende do cumprimento das condições no TOR e no contrato de cada consultor.

PRODUTOS/PRAZOS (esboço do relatório, relatório final, feedback)

Relatório:

É desejável que o relatório escrito – versões inglês e português - esteja pronto para entrega até a última quinzena de agosto 2005.

No relatório final dever-se-á apresentar um resumo sobre eficácia, impacto e relevância. Os consultores devem levar em consideração as ocorrências que não foram planejadas e podem ter causado alterações no projeto.

O relatório será aproximadamente 30-35 páginas, incluindo um breve resumo executivo, com recomendações.

Reunião de entrega:

Pelo menos um dos consultores apresentará o trabalho pessoalmente em reunião com representantes da RCA e RFN até o final de Junho de 2005.

Prazos acordados com os consultores:

Entre 1-15/8: Entrega 1. versão do relatório (português). Comentários da RCA e RFN.

Entre 19/8: Seminário final (Brasília).

31/8: Entrega relatório final (português e inglês).

METODOLOGIA (será preparada em detalhes pelo(s) consultor(es))

- pesquisa de fontes: Um dossier será preparado pela coordenação da RCA.
- participação dos avaliadores em pelo menos um dos dois encontros regionais da RCA programados para 2005
- realização de um seminário de avaliação em 2005 com a participação do maior número possível de beneficiários dos intercâmbios realizados. A moderação será feita pelos avaliadores.
- entrevistas: os avaliadores irão entrevistar o maior número possível de participantes dos intercâmbios realizados durante o seminário de avaliação e em um dos encontros regionais programados para 2005, com roteiro específico a ser elaborado conjuntamente pelos avaliadores, parceiros da RCA e RFN. O roteiro deve incluir perguntas que respondem até que grau o objetivo dos intercâmbios foram atingidos.

- Entrevistas com dois representantes indicados de cada ONG participando da RCA.

ORÇAMENTO

Será composto dos R\$ 119 mil anteriormente programados para o Encontro Regional do Rio Negro, que será substituído pelo Seminário de Avaliação, mais R\$ 100 mil a ser colocado pela RFN. O orçamento, com exceção dos honorários dos avaliadores que serão pagos diretamente pela RFN, será detalhado e posteriormente gerenciado pela coordenação da RCA.

CRONOGRAMA PARA A AVALIAÇÃO

A ser definido em conjunto pela RFN e RCA até 10 de dezembro de 2004.

Proposta preliminar:

janeiro:	Elaboração do dossiê da avaliação pela coordenação da RCA (a ser enviado por correio).
fevereiro:	Elaboração dos Instrumentos da avaliação (roteiros, metodologia do seminário, etc.)
março:	Entrevistas ONGs
15/2-10/03	Entrevistas ONGs.
16-20/05	Seminário de avaliação (Manaus)
15-19/06	Encontro Regional (Carolina)
15/07	Entrega da Versão Preliminar do Relatório de Avaliação
Agosto	Seminário Final de Avaliação

QUALIFICAÇÕES EXIGIDAS

Os consultores devem possuir:

- conhecimentos de português e inglês, tanto oral quanto escrito;
- experiência de trabalho com a organização política dos movimentos sociais;
- capacidade de trabalhar em equipe;
- referências de incumbências semelhantes.

Anexo 2

Currículos dos Avaliadores

Luciano Nunes Padrão

. 1 . PERSONAL DETAILS

- **Address:** Rua Marquês de Pinedo, 20 / 502
22211-100, Rio de Janeiro, RJ, Brazil
- **Telephone:** (21) 2553-0428 (21) 8833-0428
- **E-mail:** lnpadr@uninet.com.br luciano@ciclo.org.br

. 2 . THIRD LEVEL EDUCATION

- Doctoral Candidate in Development, Agriculture and Society, Federal Rural University of Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ); commenced in March 1998.
- Master's Degree in Development, Agriculture and Society, Federal Rural University of Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ), 1996.
- Bachelor of Social Science, Faculty of Social Science, Institute of Philosophy and Social Science, Federal University of Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ), 1990.

. 3 . PROFESSIONAL EXPERIENCE

- **Ciclo – Assistance for Development** – Sociologist, executive co-ordinator and adviser in the area of the construction of organizational capacities, (2003).
- **Centre for Religious Statistics and Social Investigations (Ceris)** – Sociologist, consultant of the Department of Studies and Social Analysis (1997-2000), responsible for the evaluation and monitoring of socio-economic development projects.
- **Ecumenical Centre for Documentation and Information (Cedi)** – Sociologist worked in the Peasants and Churches Programme (1985-1994), carried out various activities, including: **(i)** coordination of the Peasants and Churches Programme (1990-1993); **(ii)** research on family agriculture and rural employment in the North and Northeast, resulting in some publications and/or institutional videos; **(iii)** advisory services for seminars and congresses of rural workers' representative movements.

. 4 . EVALUATIONS OF DEVELOPMENT PROJECTS

- Catholic Relief Services / Caritas Brasileira – Evaluation of the performance and impacts of the project “Living in Solidarity with the Semi-Arid”. *Status: coordinator.*
- **Ecumenical Service Coordination (Cese)** – Evaluation of effectiveness of CESE's Small Projects Programme on Food Security. 2005. *Status: Coordinator.*
- **Rainforest Foundation-Norway** – Evaluation of the performance and impacts of the RCA (Alternative Cooperation Network) – Amazon. 2005. *Status: Coordinator.*
- **Catholic Relief Services (CRS-United States)** – Evaluation of impact of the Water Program in Semiarid Region – Bahia. 2004. *Status: Coordinator.*
- **Rainforest Foundation-United States** – Evaluation of impact of the Judicial Project of the Indigenous Council of Roraima (CIR). May/August, 2004. *Status: Coordinator.*

- **Norad/OD/Horizont3000/European Union/Rainforest Foundation of Norway** – Coordination of external evaluation and integration of partnership between the Socio-Environmental Institute (ISA) and the Federation of Indigenous Organisations of Rio Negro (FOIRN) in relation to the implementation of projects in the Rio Negro region. November 2003 - February 2004.
- **Norwegian Church Aid** (Norway) – Evaluation of training programme for grassroots trainers in Brazilian Landless Movement (MST) settlements. August, 2003.
- **Horizont3000** (Austria) – Evaluation of the programme “The Local Agenda 21 in the Sertão of Bahia”, implemented by Assuruá Advisory Centre. July, 2002. *Status:* Coordinator.
- **European Union** – Evaluation of Support Programme for Disadvantaged Populations in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro – APD-Rio. September, 2001.
- **World Bank** (Angola) – Evaluation of Social Support Fund (FAS), the main government social programme supported by the bank in Angola. June/July, 2001. *Status:* Coordination.
- **Bilance** (The Netherlands) – Evaluation of the activities of the Pastoral Land Commission (CPT) in relation to Brazilian agrarian problems. 2001.

. 5 . CONSULTANCY ON PLANNING AND MONITORING PROJECTS

- **Cafod** (UK) – Technical monitoring and methodological assistance for various projects supported by this NGO in the Amazon Region. 2005.
- **Cordaid** (The Netherlands) – Evaluation, technical report and methodological assistance for various projects supported by this NGO in the North and Northeast of Brazil. Between 2002 - 2005 projects in the areas of urban habitation, access to markets, human rights, health and the environment were monitored and evaluated.
- **Associação Brasileira de ONGs - Abong Regional NE II (Brasil)** – Provided advisory services for the Annual Evaluation and Planning Seminar. May, 2005.
- **Comissão Pastoral da Terra Regional Nordeste – CPT (Brasil)** – Methodological advisory on impact monitoring systems. March, 2005.
- **Cafod** (UK) – Provided advisory services for the Evaluation and Planning Seminar of the Indigenous Support Program. December 2005.
- **INTRAC/LEPRA-UK/DFID** – consultancy to provide specialist technical support to the project “Improving poor People’s ability to access leprosy and other services” carried out by Morhan. January, 2005.
- **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio (Brasil)** – Design of research plan and methodology for the Conservation and Sustainable Use of Biodiversity Programme (Picus). December, 2004.
- **Associação Brasileira de ONGs - Abong Regional NE II (Brasil)** – Provided advisory services for the Quarterly Evaluation and Planning Seminar. February 2004.
- **Serviço de Assessoria a Organizações Populares - Sasop (Brasil)**– Provided advisory services for the implementation of an impact monitoring and planning system. 2003/2004.
- **Instituto Superior de Estudos da Religião - Iser Assessoria** (Brazil) – Technical report and revision of 2003-2006 institutional report. June, 2003.
- **Centro de Assessoria do Assuruá - CAA (Brasil)** – Provided advisory services for Strategic Plan 2004/2007.

. 6 . RECENT RESEARCH THEMES

- **Cordaid (The Netherlands)** – “Access to Markets: a study of successful experiences with the commercialisation of family farmers in the North and Northeast of Brazil”, 2003. *Status*: Coordinator.
- **Norwegian Church Aid (Norway)** – “Socio-economic aspects of coffee production in Brazil”, 2002. *Status*: Coordinator.
- **Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ)** – “Rural settlements in comparative perspective: an analysis of the economic, social, historical and environmental dimensions”, 2000-2001. *Status*: Researcher.
- **World Commission on Dams (WCD)** – “Analysis of the social impacts of the construction of large hydro-electric projects in Brazil”. 1999. *Status*: Coordination of research and publication of thematic article.
- **Roehampton Institute London - Faculty of Social Sciences** – “Comparative study on unfree work practices: Brazil, Pakistan, India, Thailand and Mauritania”. 1998. *Status*: Researcher under the coordination of Prof. Kevin Bales.

. 7 . RECENT STUDIES IN THE NGO FIELD

- **Ecumenical Service Coordination (Cese)** – Study on the impact of CESE’s Small Projects Programme in the sisal region in Bahia state. March – August, 2004.
- **Intrac (UK)** – “*Promoting Effective North-South NGO Partnerships: a Comparative Study*”, 2003. *Status*: Researcher, under the coordination of Vicky Brehm.

. 8 . PUBLICATIONS

- “Estudo sobre o impacto do Programa de Pequenos Projetos da Cese na Região Sisaleira do Estado da Bahia” (Study on the impact of Cese’s Small Projects Programme in the sisal region of Bahia). Cese, 2004.
- “Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro” (Rural settlements in Rio de Janeiro). CPDA/UFRRJ, 2002.
- “Avaliação de resultados e impactos de projetos sociais” (Evaluation of the results and impacts of social projects). *Cadernos do Ceris* (Ceris Journal) 4.
- “Compensation, relocation and re-settlement processes for populations that have been compulsorily removed by Dams’ construction in Brazil”. WCD, 2000.
- “O trabalho na cana-de-açúcar: reestruturação produtiva e novas práticas gerenciais”. (Sugar-cane labour: productive restructuring and new managerial practices) *São Paulo em Perspectiva* (São Paulo in perspective), 11, 1: 132-144.
- “Agricultura da laranja e trabalho em Sergipe” (Orange growing and labour in Sergipe). *Cadernos UFS de Extensão*, (UFS Specialisation Course Journal) 2, Rural Studies Series. Federal University of Sergipe. 1997.
- “Processo de trabalho no campo: um estudo da agroindústria canavieira”. (The rural labour process: a study of the agro-business of sugar-cane), *Annals of the XXXIV Brazilian Congress of Rural Sociology and Economics*. 1996.

Iara Ferraz

Profissão	antropóloga
Data nascimento	4 de julho de 1953
Naturalidade	São Paulo /SP
Nacionalidade	brasileira
Identidade	06441710-8 / IFP - RJ
CPF	563.597.488 / 00
Endereço	Rua Ipiranga 100, c/3 ap.201 Rio de Janeiro – RJ – 22231-120
Telefone	(21) 2265.3262 Fax 2205.9642 (c/o Rubem Almeida)
E.mail	iferraz@alternex.com.br
Idiomas estrangeiros	italiano, espanhol, francês e inglês fluentes

2. Formação

- **1971-1974:** Bacharel em Ciências Sociais - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- **1984:** Mestre em Antropologia Social - FFLCH / USP.
Dissertação: “*Os Parkatêjê das matas do Tocantins: a epopéia de um líder Timbira*”.
Orientação: Profa. Dra. Lux Boelitz Vidal.
- **1998:** Doutor em Antropologia - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social / Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Tese: “*De ‘Gaviões’ à ‘Comunidade Parkatêjê’: uma reflexão sobre processos de reorganização social*”. Orientação: Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira Filho.

3. Experiência profissional

3.1 - Prestação de serviços a órgãos públicos/ empresas estatais e privadas / ONGs

2004 Agosto-Nov.: organização do Seminário Internacional sobre Direitos Sociais e Desigualdade (20-26 out. - coord. Maria Elena Rodriguez), através da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Rio de Janeiro / RJ e Terre des Hommes (FR), com apoio da União Européia.

2003 Dez. (15-16): relatoria do Seminário “Certificação Florestal, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e Crédito de Carbono”, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Rio de Janeiro / RJ.

Fev.: participação do Grupo de Apoio para Elaboração de Projetos (GAPEP) entre os Asurini da TI Trocará e Guarani do Jacundá (PA), para ‘Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas’ (PDPI / PPG-7). Secretaria de Coordenação da Amazônia, Ministério do Meio Ambiente.

2002 Agosto / Dez. 2003: assistente de coordenação do projeto “Mapa da Justiça Ambiental no Estado do Rio de Janeiro”, pela Federação de Órgãos para

Assistência Social e Educacional (FASE), RJ, em convênio com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro / RJ.

_____ **Agosto:** elaboração de pareceres técnicos para ‘Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas’ (PDPI / PPG-7). Secretaria de Coordenação da Amazônia, Ministério do Meio Ambiente.

_____ **Fev.:** participação do 1.o Grupo de Apoio para Elaboração de Projetos para ‘Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas’ (PDPI/ PPG-7) – acompanhamento da visita da Coordenação ao sudeste do Estado do Pará. Secretaria de Coordenação da Amazônia, Ministério do Meio Ambiente.

2001 Abril / Dezembro: participação das oficinas para avaliação de materiais didáticos e treinamento do ‘Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas’ (PDPI/ PPG-7) em Manaus/AM, Ji-Paraná/RO, Rio Branco/AC e Belém/PA. Secretaria de Coordenação da Amazônia, Ministério do Meio Ambiente.

2000 Abril / Julho: com Maria Elisa M. Ladeira, elaboração de materiais aplicativos informativos dos ‘Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas’ (PDPI / PPG-7). Secretaria de Coordenação da Amazônia, Ministério do Meio Ambiente.

1999 Julho a Nov.: levantamento sócio-econômico da feira do Ver-o-Peso (Belém/PA). Subsídio ao dossiê para o tombamento do complexo do Ver-o-Peso como patrimônio da humanidade pela UNESCO. Secretaria do Patrimônio Histórico e Cultural, Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), Prefeitura Municipal de Belém/PA.

3.2 – Consultorias técnicas

2004 Junho-Set.: diagnóstico da situação dos povos indígenas e afro-descendentes para o Estudo de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica de Santa Isabel do Araguaia (PA/TO), coord. Sylvia Helena Padilha (Ser Ambiente, Rio de Janeiro/RJ).

2004 Jan.-Abril: avaliação antropológica do Projeto de Manejo Florestal da Terra Indígena Xikrin do Cateté / PA. GTZ-ProManejo, IBAMA. Ministério do Meio Ambiente.

2001 Set. / Dez.: realização da pesquisa “Realidade e Expectativas do Ensino Médio no Colégio Pedro II – Rio de Janeiro”. UNESCO (Brasília).

_____ **Janeiro:** diagnóstico e identificação de impactos sócio-ambientais (componente indígena) para o EIA/RIMA (LP) da Linha de Transmissão Serra da Mesa - Governador Mangabeira (Sudeste-Nordeste). Consultoria Ambiental Ltda. - Rio de Janeiro / RJ.

2000 Maio / Agosto: com Rubem Thomaz de Almeida, avaliação político-institucional do Conselho Indígena do Vale do Javari. Terre des Hommes / Suisse.

1999 Nov. / Fev. 2000, com Sara Alonso: Avaliação de impactos da UHE Tucuruí sobre as populações indígenas do médio rio Tocantins, Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente (LIMA/COPPE/UFRJ), para a Comissão Mundial de Barragens.

1998 Set.: “Registro de Experiências Bem-Sucedidas”, desenvolvido em conjunto com UNICEF (“Projeto Seringueiro” - Centro dos Trabalhadores da Amazônia, Xapuri e Rio Branco / AC; “Arco-Iris: Projeto de Educação Ambiental” - SOS Amazônia, Rio Branco/AC e “Adolescer”, PROSAD/SAP, Manaus/AM). Instituto Universidade Popular (UNIPOP), Belém/PA.

_____**Jan. / Fev.:** membro da equipe de avaliação, no Brasil, do Programa Norueguês para Povos Indígenas, The North-South Institute, Ottawa, Canadá, para o Ministério Real das Relações Exteriores da Noruega.

1997 Jun / Jul: *survey* sobre as experiências de comercialização entre grupos Tupi do sudeste paraense para a Agência de Cooperação Técnica Alemã no Brasil (GTZ).

3.3 - Atividades docentes

desde Março 2003: professora auxiliar, Curso Pedagogia, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro-RJ (como professora convidada desde junho 2002).

Cursos ministrados:

- “Antropologia e Educação”, 2003 e 2004.
- “Aspectos Antropológicos da Educação”, 2002 e 2003.
- “Pluralidade cultural: uma leitura antropológica dos Parâmetros Curriculares Nacionais”, PTP, junho 2003.

1999 Maio / Jan. 2000: professora visitante (Adjunto 1) do Depto. de Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém -PA.

Cursos ministrados:

- “Etnologia Indígena na Amazônia” (disciplina 09010), CH 60h, 2.o sem.1999 (ministrado também Bragança-PA, julho 1999).
- “Relações Interétnicas: velhos conceitos, novas formulações”, Curso de Extensão, CH 30h, 10 agosto a 14 setembro 1999.

4. Conferências, seminários e mesas redondas

2003 (31 Jul.): *Efeitos perversos da privatização da Cia. Vale do Rio Doce sobre os povos indígenas na região de Carajás: o caso dos Gavião de Mãe Maria*. III Encontro Anual da Rede Amazonia. Universidade Federal Fluminense, Niterói / RJ

2000 (18 Set.): Os Parkatêjê: lições e questões. Conferência no Depto. de Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo / SP.

1999 (11-14 Março): *Mineração e terras indígenas na Amazônia brasileira.* Comunicação apresentada no Simpósio Fortschritt, Wende oder Zerstörung, Osterfestival, Hall in Tirol, Áustria.

1997 (4 Dez): *O povo Parkatêjê.* Participação do Programa *Um Salto para o Futuro* (mesa de debates), TVE / Fundação Roquette Pinto, Rio de Janeiro / RJ.

_____(2-5 Set): *Observações acerca da produção de pessoas e bens entre as sociedades Tupi do sudeste do Pará.* Comunicação apresentada no Seminário 'A presença de Eduardo Galvão na Antropologia Brasileira', Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém / PA.

_____(26 Março): *Caminhos e descaminhos nas relações dos Parkatêjê com os agentes externos.* Conferência no evento de extensão 'Povos Indígenas e Grandes Projetos de Desenvolvimento', Depto. de Antropologia, Universidade de Brasília / DF.

5. Publicações

2003 "Organização social barra usina termelétrica em Itaguaí-RJ". Boletim *Justiça Ambiental*, Rio de Janeiro: IBASE-FASE-IPPUR-SEMADS, n.2, novembro, p.12-13.

2001 *Lições da Escola Indígena Parkatêjê*, in Aracy Lopes da Silva e Mariana K. Ferreira (org.), Antropologia, História e Educação (vol. 1). São Paulo: Global Editora, p. 275-299.

1996 a) et alii, *Cancer cluster among young Indian adults living near power transmission lines in Bom Jesus do Tocantins, Pará, Brazil.* In Sergio Koifman (org.), Environmental and Occupational Cancer in Latin America. Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, vol. 14 (Supl.3), Escola Nacional de Saúde Pública / FIOCRUZ, Ministério da Saúde, p. 161-172.

____ b) et alii, Evaluation of the Norwegian Program for Indigenous Peoples. Oslo: The Royal Ministry of Foreign Affairs, Evaluation Report n.8 / 98, September.

1996 a) *A luta dos Xavante para recuperar suas terras.* Ciência Hoje, Rio de Janeiro, vol. 20, n.119, p.32.

____ b) *Resposta a Tucuruí: o caso dos Parkatêjê.* In Sonia Magalhães et alii. (org.), Energia na Amazônia. Belém: MPEG / UFPA / UNAMAZ, vol.II, p. 537-544.

1993 a) & Mampieri, Mariano, *Suiá-Missu: um mito refeito.* Carta, n.9, Senado Federal, Brasília, pp. 75-84. Também in Povos Indígenas no Brasil 1991-1995, São Paulo: Instituto Socioambiental, p. 675-679.

____ b) & Mampieri, Mariano, *Xavante. Le terre del conflitto.* In Giorgio dal Fiume et alii (org.), La terra e i Mercanti. Bologna: Cooperativa Libreria Universitaria Editrice, p. 127-132.

____ c) *Povos Indígenas do Sul do Pará e os Impactos dos Grandes Projetos.* In Antonio Carlos Diegues (coord.), A dinâmica social do desmatamento na Amazônia: populações e modos de vida em Rondônia e sudeste do Pará. UNRISD/NUPAUB. Universidade de São Paulo, p. 60-67.

1991 a) *Gli indios Parkateje 30 anni dopo*. In José de Souza Martins (org.), L'Infanzia negata. Chieti (IT): Vecchio Faggio Ed., p. 17-32. Trad.: O massacre dos inocentes. São Paulo: Ed. Hucitec, 1991, p. 21-35 (1993, 2^a. ed.).

_____ b) & Mampieri, Mariano. *L'Agip in Amazzonia: multinazionali, terra e indios*. Semi, Centro Internazionale Crocevia, Roma, ano 4, n.12-13, pp. 106-112.

_____ c) & Ladeira, M.Elisa, *Os povos indígenas da Amazônia oriental e o Programa Grande Carajás: avaliação e perspectivas*. In Jean Hebette (org.), O cerco está se fechando, Belém e Rio de Janeiro: NAEA/UFPA/FASE, p.130-141.

1990 a) & Benatti, José Héder, *Carajás: a implantação das siderúrgicas e as suas consequência*. In Resistência. Belém, ano XI, n. 86, p.14.

_____ b) *Résistance Gavião: d'une frontière, l'autre*. In Ethnies Brésil: Indiens et Développement en Amazonie, Revue de Survival Intl, France, n.11-12, p.81-86.

_____ c) *Movimenti indigeni: nuovi vecchi soggetti; Programma Grande Carajas, Una esperienza da 30 anni in Amazzonia: Guama Agroindustrial Pirelli S.A; Proprietà terrieri di imprese pubbliche e private italiane in Amazonia (il caso 'Suiá-Missu'), Grande Carajás: una proposta di azione giudiziaria*. In Mariano Mampieri (org.), Brasile: responsabilità italiane in Amazzonia, Dossier 1, Osservatorio Impatto Ambientale, Campagna Nord/Sud. Roma/ IT, p. 58-59; 63-68; 105-106; 122-133; 150-152.

Anexo 3

Atividades da Avaliação

Entrevistas Abertas

Data	Local	Entrevistado / Organização
04/03	Rio de Janeiro	Siri Naerland / RFN
18/03	Rio de Janeiro	Carlos Macedo / CTI
31/03	São Paulo	Marina Kahn / ISA
31/03	São Paulo	Carlos Alberto Ricardo / ISA
31/03	São Paulo	Sérgio Leitão / ISA
31/03	São Paulo	Nilton Tato / ISA
31/03	São Paulo	Marta Azevedo / ISA
31/03	São Paulo	Maria Cristina (Bimba) / ISA
31/03	São Paulo	André Villas-Boas / ISA
31/03	São Paulo	Luis Donizetti / Iepé
11/04	Brasília	Gilberto Azanha / CTI
11/04	Brasília	Carlos Macedo / CTI
11/04	Brasília	Vera Olinda / CPI-AC
17/05	Manaus	Ianukulá Kajabi / ATIX e Winti Suyá / ATIX)
17/05	Manaus	Celso Aquiles e Renato da Silva (Guarani M'byá / SP)
17/05	Manaus	Elço Albuquerque Terena (APROTEM / MS) e Enivaldo Albuquerque Terena (AITECA / MS)
18/05	Manaus	Kasiripiná, Muru e Jawapuku Wajãpi (APINA / AP)
18/05	Manaus	Antônio Pereira Lima Shawãdawa e Valdete da Silva Pinhanta (OPIAC / AC)
18/05	Manaus	André Fernando e Erivaldo Almeida Cruz (FOIRN / AM)
18/05	Manaus	Jonas Polino Sansão e Mariano Carocré Krikati (Wyty-Catê)
06/06	Telefone	Lars Lovold
15/06	Carolina (MA)	Maria Elisa Ladeira (coordenadora educação / CTI)
05/07	Telefone	Dominique Galois
14/07	Brasília	Fernando Bittencourt / CCPY

ENCONTRO DE AVALIAÇÃO DA RCA**MANAUS, 17 A 19 DE MAIO DE 2005****– PARTICIPANTES –**

Nome	Organização	Etnia
André Fernando	FOIRN	Baniwa (AM)
Antônio Pereira Lima Shawãdawa	OPIAC	Arara (AC)
Celso Aquiles Guarani	---	Guarani (SP)
Dário Vitorio Xiriana	Hutukara Associação Yanomami	Yanomami (RR)
Davi Kopenawa Yanomami	Hutukara Associação Yanomami	Yanomami (RR)
Elço Albuquerque Terena	APROTEM	Terena (MS)
Ednelson Souza Pereira Macuxi	CCPY	---
Enivaldo Terena Albuquerque	AITECA	Terena (MS)
Erivaldo Almeida Cruz	FOIRN	Piratapuia (AM)
Fernando Bittencourt	CCPY	---
Giselle Paulino Lopes	IEPÉ	---
Ianukulá Kaiabi Suiá	ATIX	Kaiabi-Suiá (MT)
Iara Ferraz	Avaliadora	---
Jawapuku Wajãpi	APINA	Wajãpi (AP)
Jeremias	---	Yanomami (AM)
Jonas Polino Sansão	Wyty-Catë	Gavião (MA)
Kasiripina Wajãpi	APINA	Wajãpi (AP)
Luciano Padrão	Avaliador	---
Maria Bernadette Franceschini	CTI	---
Mariano Carocré Krikati	Wyty-Catë	Krikati (MA)
Marta Azevado	ISA	---
Muru Wajãpi	APINA	Wajãpi (AP)
Renato da Silva	---	Guarani (SP)
Valdete da Silva Pinhanta	OPIAC	Asheninka (AC)
Vera Olinda Sena	CPI - ACRE	---
Winti Suyá	ATIX	Suyá (MT)

Anexo 4

Intercâmbios da RCA

1999			
Quem	Para onde	Apoio e/ou Acompanhamento	Sistematização
APHA	Proj. Frutos do Cerrado - MA	CTI	?
APHA	Proj. Alternativas Econômicas/ PIX	ISA + ATIX	?
APHA + ISA + CPI-AC + CTI	Curso Intl Manejo Bosques Tropicales – Costa Rica		?
ISA	XIX Curso Formação Profs. Indíg. - AC	CPI-AC	?
ISA	XX Curso Formação profs. Indíg. – AC	CPI-AC	?
CPI-AC	Proj. Frutos do Cerrado -MA	CTI	?
CPI-AC	Curso Formação Profs. Indíg. PIX	ISA	?
CPI-AC + CTI	Proj. Estação Ecológica Vai Quem Querzinho (RO)	APHA	?
CTI	XX Curso Formação profs. Indíg. – AC	CPI-AC	?

2000			
Quem	Para onde	Apoio e/ou Acompanhamento	Sistematização
Profs. Indíg. Acre	PI Xingu	CPI-AC	?
Kaxinawá	FOIRN	CPI-AC	?
AAFI's Purus	TI Rio Jordão e TI Mamoadate	CPI-AC	?
Kaxinawá (Mamoadate)	Ashaninka	CPI-AC	?
Repres. ATIX	FOIRN	ISA	?
Repres. FOIRN	ATIX	ISA	?
Índios Médio Xingu	Proj. Agrosilvicultura CPI-AC	ISA	?
03 Timbira + 01 técnico	PIX	CTI	?
Guarani (SP e SC)	Curso Wajãpi -AP	CTI	?
03 Terena	Projetos FOIRN	CTI	?
02 Wajãpi + 01	Curso Profs. Timbira	CTI	?

acompanhante			
02 Yanomami + 01 acompanhante	Wajãpi	CCPY	?
2 Yanomami + 01 acompanhante	Proj. Estação Ecológica Vai Quem Querzinho (RO)	CCPY	?
02 seringueiros + 01 técnico	FOIRN	APHA	?
02 seringueiros + 01 técnico	Ashaninka rio Amônia	APHA	?
02 seringueiros + 01 técnico	Wajãpi	APHA	?
02 seringueiros + 01 técnico	Yanomami	APHA	?

2001			
Quem	Para onde	Apoio e/ou Acompanhamento	Sistematização
Guarani (SP)	Waiãpi (AP)	CTI	Relatório
Assessores ISA e professores e agentes de manejo ATIX	CPI-AC – V Curso de Formação do AAFIs	CTI, CCPY, CPI, ISA	Relatório sistematizado c/ transcrição falas partic. (CPI-AC)

2002			
Quem	Para onde	Apoio e/ou Acompanhamento	Sistematização
Professores indígenas AC	Projeto magistério Iquitos (Peru)	CPI-AC	Relatórios descritivos e informativos Malu (10 p.) Isaac (05p.) Rufino (05p.)
AAFI Francisco Macário Melo Kaxinawá (<i>Xipi</i>)	Assessoria TI Purus (Kakinawa)	Assessor Idelberto Jr. (eng. agrônomo) CPI-AC	Relatório técnico (eng. agrôn.) 54 p.
Agente de saúde + 2 líderes de grupos locais Wajãpi	Xingu (ATIX) Oficina Estatuto dos Povos Indígenas e visita a aldeias	Assessora CTI e advogado ISA	Informe e relatório dos 03 Wajãpi (formulário c/ perguntas fechadas)
03 seringueiros Xapuri-AC	Projeto RECA e Assoc. Produt. Alternativos (APA) – Ouro Preto do Oeste /RO	APHA (coord.)	Informe 01 pág. (coord.) + relatório
CTI, CPI, ISA e	Seminário sobre meio	CPI-AC	Relatório

CCPY + Kaxinawá, Terena, Guaraní, Kajabi, Tucano, Tuyuka, Yanomami	ambiente/ gestão e manejo de rec.nat. + Currículos de formação de agentes indígenas		
Professores indígenas AC	Projeto magistério Iquitos (Peru)	CPI-AC	Relatórios descritivos e informativos Malu (10 p.) Isaac (05p.) Rufino (05p.)
06 AAFIS Yanomami (2 Demini e 4 Toototopi)	CPI-AC, projeto Humaitá e UFAC + curso formação AAFIS AC	CCPY (coord. ambiental Ednelson Macuxi)	Relatório e textos produzidos na língua Y. durante viagem (pelos Y.) p/ revista (circulação interna)
02 seringueiros Xapuri-AC	Projeto RECA e Assoc.Produt. Alternativos (APA) – Ouro Preto do Oeste/ RO	APHA (coord.)	Informe 01 pág. (coord.) + relatório
AAFI's: (I) Raimundo Ferreira;	Acompanha assessoria I (Curso Gestão Ambiental TI Cabeceira do Rio Acre)	CPI-AC	Relatório técnico Eng. Agr. Idelberto Esch. (89 p.); Relatório descritivo do AAFI Raimundo Beci. (3 p.)
(III) Francisco Pereira Kaxinawá	III (Oficina Gestão Ambiental e Assessoria na TI Mamoadate)	CPI-AC	Relatório técnico (70 p.) téc. agropecuária Adriano Dias
AAFI Nilson e Renato Gavazzi	Org. pop. BA IV Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais – Ilhéus - BA	CPI-AC (coord.)	Relatório?
(II) Benki Asheninka e professor Adalberto Maru	II (V Oficina e Assessoria no Jordão)	CPI-AC	Relat. técnico Eng. florestal Roberto Tavares. (48 p.) + Relatório descritivo (07 p.) prof. Maru
ATIX	Yanomami (Demini)	ISA	?
Tuyuka (AM)	Acre	ISA	?
Wajãpi (AP)	PIX (MT)	CTI Macapá (Ângela)	Relatório ?
05 professores Baniwa / EIBC + 2 líderes OIBI	Projetos e instituições em Manaus	ISA Rio Negro	Relatório André Fernando (pres. OIBI)

2003			
Quem	Para Onde	Apoio e/ou Acompanhamento	Sistematização

Oficina de “Sensibilização da OPIAC” Kaxi Ashaninka e Manchineri – gestão amb., saúde, educ. e org. comunit. local	TI Kaxinawá Ashaninka do rio Breu (alto Juruá)	CPI-AC 02 facilitadores (+ PDPI/MMA)	Relat. CPI-AC + OPIAC – reflexões (!) e depoimentos registrados c/ fotos + vídeo Bebito (78 p.) Mat.educativo p/ publicação; livro didático; semin. temático
02 AAFIs	IV Flora Feira de Prod. Agroflorest. Do AC e V Encontro do MAP (Forum trinacional BR, Bolívia e Peru) – Puerto Maldonado (Peru)	CPI-AC	Relatório descrit. AAFI Alberto Kaxinawá (04 p.)
Profs. Yanomami	Proj. Form. Profs. Ticuna (AM)	CCPY	Relatório
02 AAFIs Kaxi do rio Purus	Acompanham AAFIs Katukina do Ig.Campinas, que acompanham assessor aos Asheninka do Amonia	CPI-AC assessores: 02 p/ o Campinas e 01 p/o Amonia	Relatório descritivo (26 p.) AAFI Jorge Domingos
Ag. Saúde Humaitá 03 prof. Carapanã 01 prof. Ashaninka 01 AAFI da Colônia 27	I Oficina sb organização comunitária e gestão ambiental na TI Kaxinawá do Caucho	CPI-AC	Relatório descritivo e reflexivo assessores Jairo e Malu (91 p.)
Agentes ambientais Terena	Projeto Frutos do Cerrado (Carolina /MA)	CTI	Relatório
Wajãpi (AP)	Guarani (SP)	IEPE	Relatório?
Profs. Katukina	Proj.Bosque de los Ninos (Peru)	CPI-AC	Relatório descritivo assessora Natalia Jung (13 p.)
AAFI, professores, AIS (54 pessoas)	IV Oficina Itinerante sb Gestão ambiental na TI Kaxinawá do rio Breu	CPI-AC	Relatório descritivo assessores Vera Olinda e Roberto Tupi (63 p.)
Davi Yanomami e 02 profs. Y	PXIN aldeias	CCPY (acomp. Assessor educ.)	Pesquisa em Y. p/ circulação escolas – caderno – relat. CCPY (14 p.) + fitas áudio e vídeo + mat. Escolas PIX + relat. Kayabi e Kamaiurá (06 p.)
AAFI José de Lima Kaxinawá	I Oficina Agroflorestal da Escola Tuyuka (SGC)	CPI-AC	Relatório descritivo assessor Renato Gavazzi (25 p.) +

			Relatório descritivo AAFI José de Lima (08 p.)
AAFI José de Lima Kaxinawá (AMAAI-AC)	Escola Tuyuka (alto rio Tiquié /AM) – Oficina de Manejo Agroflorest.em São Pedro e Cachoeira Compr. (TI Pari Cachoeira)	CPI-AC + ISA	Relatório AAFI (técnico, pouco avaliativo) 18 p. c/ fotos + vídeo
Repres. povos da região	Seminário “Terras Indígenas no Amapá e norte do PA” – terras, recursos e conhecimentos indígenas (meio ambiente)	IEPÉ	(Substitui visita dos Tiriyo aos Wajãpi) Publicação + Relatório
05 Wajãpi + 02 AAFIS (Yanomami)	Aldeias Guarani (SP e PR)	IEPE + CTI + CCPY	Resumo de relat. (“focos de observ. foram relatados aos outros W. na volta as suas aldeias”)
Líderes, profs. e AAFIs (33 pessoas)	Oficina Gestão Ambiental na TI Mamoadate	CPI-AC	Relatório descritivo (66 p.) Assessor Adriano Dias
02 professores Iauareté / AM	Escola Utapinozona – Tuyuka / alto rio Tiquié (AM)	ISA	Relato manuscrito

2004			
Quem	Para Onde	Apoio e/ou Acompanhamento	Sistematização
02 agentes de manejo ATIX (Juruna + Ikpeng)	Aldeia Apiwutcha (Ashaninka – rio Amônia) Agenda 31	ISA (acomp.Katia Ono)	Relat. ecóloga Katia Ono (11 p.)
03 alunos-estagiários Escola Pamaáli – Baniwa e Coripaco do rio Içana	Instituto Iraquara (criação e manejo de abelhas nativas) em Boa Vista do Ramos / AM	ISA + Assoc. Comunidade Escola Pamaáli – (acomp. Téc.agríc.)	Relatório (estágio) técnico agrícola Guilherme Fernando (13 p.)
Guarani do Vale do Ribeira / SP (22 pessoas)	Aldeias Guarani do PR e Paraguay (sementes)	CTI (acomp. 4 assessores)	Relatório detalhado - assessora (33 p.) c/ mapas, fotos + avaliação dos Guarani
03 profs.PXIN Kajabi, Ikpeng, Aweti	Escola Utapinozona Tuyuka (alto rio Tiquié) – proj. piloto educ.	ISA (acomp. Assessora educadora)	Relat. assessora (5 p.) + relatórios Kajabi (01p.), Ikpeng (02 p.) e Aweti (02p.)
04 diretores da WC	AM: Manaus (COIAB,	CTI (acomp. Assessor)	Informe descr. (02 p.)

	PDPI, YAKINÔ), SGC (FOIRN e comunidades; Tabatinga (CIVAJA) e BC (CGTT e Museu Magüta)		
Renato Gavazzi	I Congresso de Herpetologia do Brasil – Curitiba – PUC-PR	CPI-AC	Informe (03 p.)
Profa. Francisca Oliveira Diaka Arara – gestão amb. – oficina agentes de saúde profs.= formação p/ não sair da aldeia!	TI Yawanawá rio Gregório (Yawanawa + 07 AAFI Katukina)	OPIAC	Relatório (06 p.)!!
04 lideranças Guarani (SP)	Aldeia Nova Jacundá (Guarani) – PA	CTI (assessora)	Relat. assessora (22 p.) c/ transcrição (!)
Prof. Ixã Edson Kaxinawá	Boa Vista (IV Curso de Form. Magist. Indígena Yanomami	CPI-AC + CCPY	Relat. descritivo c/ avaliação (09 p.)
40 participantes (profs.)	Oficina de Sensibilização na TI Kaxinawá / Ashaninka do rio Breu (alto rio Juruá) – aldeia Cruzeirinho	OPIAC CPI-AC + PDPI (Proj. Valorização da Educação Escolar Diferenciada em TIs do Acre)	Relat. (78 p.) fotos e vídeo
04 ceramistas Terena	MG: BH (lojas artesanato - cerâmica Vale do Jequitinhonha; Inhaúma (paneiras) e Diamantina	CTI (assessora Sara Carone + arquiteta Madalena Ré)	Relatório descritivo (11 p.) – fotos?
AAFI's Nilson Saboia e Zezinho Manchineri	V MAP – Encontro Trinacional Madre de Diós (Peru), Acre (BR) e Pando (Bolívia)	CPI-AC	Relatório descritivo AAFI Nilson (11 p.) Obs.: <i>viajaram sem passaporte</i>
Raimunda Yawanawá (OPIAC) + M.Luiza Ochoa (asses. CPI)	UNEMAT – Barra do Bugres/MT Conf. Intl. Sb Ensino Sup. Indíg.	OPIAC + CPI-AC	Informe (03p.)
03 ceramistas Iauareté, Taracua e S.Gabriel (FOIRN)	São Paulo (Cunha + lojas em SP), Manaus (Yakinô e AMARN)	ISA (Nina)	Relatório descritivo e avaliativo (Gilda Barreto – FOIRN) c/ fotos (8p).
Encontro Regional dos Povos Timbira MA e TO (78 repres.)	Carolina (Fruta Sã)	WC + CTI	Relatório Hapyhi (coord. (secret. execut.WC) 02 p.
AAFI Jorge	Oiapoque (Forum Socio	CPI-AC	Relatório descritivo

Domingos Kaxinawá	ambiental) ald. Cumarumã e Galibi		AAFI Jorge Domingos (diário de trabalho – 04 p.)
Oficina da OPIAC Prof. Valdete Pinhanta (Bebito) Ashaninka (ald Apiwtxa - Amonia, alto rio Juruá)	Ashaninka rio Envira + Madja	CPI-AC	Relat. Descritivo c/ avaliação (30 p.)
43 participantes AAFI, AIS, líderes e representantes comunidades, 04 profs.	VII Oficina Itinerante de Gestão Ambiental das TIs do rio Jordão – aldeia Boa Vista	CPI-AC (3 assessores) \$ RFN + Emb. Finlândia	Relatório descritivo assessores: Vera, Pedro, Roberto Tupi (52 p.) + áudio
02 xinguanos Makupá Kajabi e Managu Txicão (Proj “Fronteiras do PIX” (fiscalização + proteção)	aldeias Wajãpi /AP	ISA + ATIX + IEPE	Relatório Makupá Kajabi 03 p. (!)
Tiriyo e Katxuyana – Pq Tumucumaque (AP)	São Paulo: Guarani + ISA + CTI	IEPÈ	Relatório

Anexo 5

Ficha de Planejamento de Atividades

Atividade:

Detalhamento da atividade:

Objetivos:

Resultados esperados:

Indicadores de alcance de resultados:

Organizações participantes:

Nº de participantes por organização:

Data de realização:

Local de realização:

Organização responsável (preparação/execução):

Organização responsável (sistematização):

Recursos:

Contrapartida Organizações:

Contrapartida RCA:

Riscos:

Observações adicionais:

Anexo 6

Possibilidade de Estrutura Orçamentária para 2006

Rede de Cooperação Alternativa - RCA	
Orçamento 2006	
1. Receitas	(R\$)
1.1. Apoio RFN	400.000,00
1.2. Contrapartida Nacional (a captar)	100.000,00
Sub-total	500.00,00
2. Despesas	
2.1. Despesas Administrativas (25 %)	
. Secretário Executivo (4.000,00/mês)	72.000,00
. Consultoria	48.000,00
. Administração (5 %)	30.000,00
Sub-total	150.000,00
2.2. Atividades	350.000,00
Sub-total	350.000,00

Notas:

1. Sugerimos que em 2006 a contribuição de RFN à RCA não seja inferior a R\$ 400.000,00. Tal aporte pode ser reduzido ou ampliado nos anos subseqüentes, a depender do desempenho da RCA e de disponibilidades da RFN;
2. O valor de contrapartidas nacionais refere-se a recursos a serem captados, nacional ou internacionalmente, pela RCA. Segundo alguns entrevistados, este valor estimado poderia ser superior;
3. Indicamos um patamar de 25 % para cobrir as despesas administrativas da RCA. É possível que este valor seja superior em 2006, considerando a necessidade de aquisição de equipamentos;
4. Os custos de Administração (5 %) devem ser destinados à organização que abrigará em sua sede a RCA e serão destinados a gastos contábeis, de comunicação, taxas, impostos, etc.

Anexo 7

Quadro de Sistematização de Atividades de Intercâmbio da RCA

Nº	Data	Organização / Povos participantes		Nº Particip.	Local	Tema	Coordenação	Assessoria	Apoio Financ.	Formas de Registro
		Quem viajou	Quem recebeu							

Anexo 8

Documentos Consultados

Sem Data

- Protocolo – Red de Cooperación Alternativa (RCA). Segunda versión (em espanhol). Juan Carlos, 04 p.
- Capítulos II (Da saúde) e III (Da educação) do Estatuto das Sociedades Indígenas (Substitutivo Pizzatto adotado pela Comissão Especial), 09 p.
- Monte, Nietta Lindenberg. “E agora, cara pálida? Educação e Povos Indígenas, 500 anos depois”, 27 p.

2001

- Subsídio ISA: Conheça as alterações feitas pelo deputado Pizzatto na Proposta Alternativa do Executivo (janeiro 2000), 03 p.
- Quadro comparativo do Estatuto do Índio em vigor (lei 6001/73), Substitutivo Pizzatto e Proposta alternativa do Executivo, 11 p.

2002

Correspondências:

- Coord. RCA, sobre planejamento - calendário 2003, 15 junho, 04 p.
- Nina Kahn para as organizações-membros (assunto: feed-back da “Carta de Goiás” para discussão sobre políticas públicas e o novo governo), 22 julho, 02 p.
- Resposta Nietta Monte (CPI-AC) – revisão pauta de Goiás Velho, 29 julho, 01 p.

Coordenação:

- Apêndice 1 A – Orçamento 2002 - ISA + RFN, São Paulo, 04.03, 05 p. (nome RCA em espanhol).
- Orçamento do Seminário Anual da Red Cooperación Alternativa – Rio Branco/AC, maio, 02 p.
- Solicitação de apoio para renovação do projeto RCA Brasil – ano 2002 – Apêndice 1B (formulário) e Apêndice 2 A, 05 p.
- Relatório parcial de Atividades – 1.o semestre 2002, 04 p.
- Relatório de visita dos professores Terena (Cachoeirinha) a outras escolas Terena – CTI, outubro, 13 p.
- Relatório Anual de Atividades – janeiro a dezembro 2002.

Educação indígena:

- Programa do II Encontro sobre Educação Indígena – Goiás/GO – 3 a 7.07, 04 p.
- Documento de trabalho: proposição sobre alternativas para a inserção institucional da educação indígena nos poderes executivos. Seminário Goiás Velho, 3 a 7.07, 05 p.

Relatórios de viagens de intercâmbio

- Capa de Relatório de viagem de intercâmbio do Agente Agroflorestal Francisco Ibã Macário Melo Kaxinawá (Xipi) - CPI-AC. Abril de 2002.
- Relatório de viagem de intercâmbio dos Wajãpi ao Xingu – CTI, 24-31 maio, 6 p. (formulário).
- Relatório da Reunião sobre Meio Ambiente / Gestão e Manejo de Recursos Naturais e Currículos de Formação de Agentes Indígenas – CPI-AC (sistematização de Nietta Monte) – Rio Branco, 25 - 28 agosto, 29 p.
- Revisão e planejamento da Proposta de Currículo de Formação dos Agentes Agroflorestais do Acre. CPI-AC, 15 maio a 12 junho de 2000, atualizado entre 05.08 e 14.09.2002, 18 p.
- Capa do Relatório de viagem de intercâmbio - 6 Yanomami acompanhados do coordenador ambiental da CCPY visitam o estado do Acre. Ednelson de Souza Pereira (Macuxi). CCPY – Programa Ambiental. Agosto-setembro de 2002.
- Capas de Relatórios de viagem de intercâmbio. Visita à APA/ Rondônia. APHA. Maio-Junho e Setembro.

2003

Correspondências:

- RFN (Siri + Jan Thomas) p/ Nina (questões levantadas na memória de reunião final, 2002), 09 janeiro, 03 p.
- Resp. Nina Kahn à corresp. Siri (05 p.)
- Entre organizações não indígenas da RCA (Iepé, CTI, CCPY, ISA, CPI) (MEC e educação indígena - Kleber Matos/MEC), 10 a 28 janeiro, 08 p.
- Entre organizações-membros sobre Seminário Educação (subsídio ao MEC), 28.01, 1,3 e 5 fevereiro, 03 p.
- ISA (ao grupo educação RCA: educação indígena: índios na Universidade), 07 fevereiro, 03 p.
- RFN / Nina + todas as organizações-membros (relatório anual), 02 abril, 02 p.
- Carta à Profa. Maria José Feres – Secretaria de Educação Fundamental – MEC, Nina Kahn (p/ RCA), 19 maio, 03 p. (cópia c/ carimbo protocolo MEC).
- Coord. CTI + CCPY, sugestões para programação RCA 2004 (resp. Nina Kahn. 31.07), 02 p.
- EIBC: viagem alunos-estagiários EIBC (rio Negro) ao Instituto Iraquara, 04 novembro, 01 p.
- Nina Kahn / ISA (logística - encontro educação indígena), s/data, 01 p.

Coordenação:

- Apêndice 1 C (POA) – Orçamento Atividades RCA 2003, 22 p. (planilha c/ anotações).
- Relatório 1.o semestre 2003 (Apêndice 2 A - Formulário), 03 p.

- Relatório Financeiro – janeiro a junho/03 – ISA (coord. RCA), 01 p. (tabela final).
- Relatório anual de atividades à Rainforest – final 2003, 06 p.
- Relatório anual CTI à RFN – Apêndice 2 A - janeiro a dezembro 2003, 15 p.
- Relatório anual CTI à RFN (Apoio ao fortalecimento institucional), 03 p.

Educação indígena:

- Educação Escolar Indígena – Contexto e recomendações. Documentos preparados pelo ISA para a RCA – fevereiro, 05 p.
- Programa do Encontro de Trabalho sobre Educação Indígena: “Perspectivas para as Políticas de Educação Escolar Indígena no Brasil”. Brasília, 06-08 agosto, 04 p.
- Relação dos convidados para a Reunião de Trabalho “Perspectivas para as Políticas de Educação Escolar Indígena no Brasil”, Brasília, 06-08 agosto, 03 p. c/ anotações.
- Programa de trabalho para 2004 (Nina e Marta p/ISA) p/ a Coordenação Geral de Educação Indígena (?) do MEC – Educação Indígena no Alto Rio Negro, 09 p.

Relatórios de viagens de intercâmbios:

- Relatório Final. Visita dos Professores Baniwa em Manaus (15-22 dez.2002). André Fernando, pres. OIBI. São Gabriel da Cachoeira, 21 janeiro, 36 p. c/ fotos (e prestação de contas, 02 p.).
- Relatório de viagem de intercâmbio. Matis visitam área Yanomami. CTI, 16 fev.-14 março, 35 p. c/ fotos.
- Relatório da Visita à Escola Família Agrícola – Macapá. 15-27 maio 2003. Irineu Rodrigues Baniwa (OIBI/ ISA). São Gabriel da Cachoeira, 09 junho, 27 p. c/ fotos.
- Viagem de intercâmbio cultural. Associação dos Educadores Indígenas do Distrito de Iauareté à Escola Indígena Tuiuca, alto rio Tiquié. 01-7 dezembro, manuscrito, 01 p.
- Relatório de Atividades de Intercâmbios do ISA – s/data, 04 p. (formulário)
- Relatório referente à Oficina de Grafia Timbira realizada no Centro de Formação de Professores Timbira Pënxw’yj Hëmpex’y, Carolina/MA – 08-14 dezembro, 04 p.

2004

Correspondências:

- Entre organizações-membros da RCA (de assessoria): comentários sobre reunião com MEC, 21 a 24 janeiro 05 p.
- Maria Elisa Ladeira aos integrantes RCA (educação, MEC), 25 janeiro, 02 p.
- Coord. RCA (CTI e CCPY) informes gerais, 28 janeiro, 01 p.
- Coord. RCA (CCPY) sobre educação, relações c/ MEC e ong's, 01 p.
- Convocatória reunião RCA (organizações de assessoria) em Brasília (16-17 março), 12 março 01 p.
- Coord. RCA (CCPY) ao grupo de educação informa sobre reunião no MEC, 15 julho, 04 p.

Coordenação:

- Plano de Trabalho 2004 – Apêndice 1B (planilha), 28 janeiro, 03 p.
- Memória da Reunião da RCA, Brasília, 16-17 março (pauta 2004/2005: intercâmbios, Seminário sobre Meio Ambiente, comunicação c/ MEC), 02 p.
- Relação das atividades remanejadas pela CPI-AC e Opiac, 01 p.
- Relatório do Plano de Trabalho, período 2004 – ATIX, ISA e FOIRN (c/ Apêndice 2A – rascunho do Relatório anual de atividades para RFN – formulário), 03 p.
- Relatório de Atividades – 1.o Semestre de 2004, Apêndice 2 A, julho, 03 p.
- Corresp. Coord. RCA convoca reunião de planejamento 2005 (16 a 19 agosto), 10 agosto, 01 p.
- Corresp.RFN (agenda de visita Jan Thomas), 11 agosto, 02 p.
- Memória da Reunião de Planejamento (p/ 2005), Brasília, 17-19 agosto, 02 p.
- Memória da Reunião da Coordenação da RCA, Brasília, 10 novembro, 03 p.
- Nota Iepé (remanejamento de atividade): Tiriyo e Katxuyana (AP) ao invés de irem para o Xingu, vieram p/ o estado de São Paulo (Guarani e entidades indigenistas na capital), CTI, ISA e Iepé, dezembro, 01 p.

Educação indígena:

- “Sobre as dificuldades enfrentadas na execução da Política de Educação Escolar Indígena no Brasil e as perspectivas da Cooperação Internacional”. Texto elaborado pela RCA para o MEC, c/ Anexo e anotações, s/data, 05 p.
- Memória da reunião realizada entre RCA e assessora da OGPTB e a CGEI no MEC, 23 janeiro, 03 p.
- “Considerações da RCA sobre rumos da Educação Indígena no MEC” (elaborado por Nina como sugestão à RCA), março, 01 p., rascunho c/ anotações.
- Nina (impressões da reunião RCA com Secad/MEC, 13 julho), 02 p.
- Comentário sobre Reunião Secad/MEC, Nietta Monte, 15 julho, 01 p.
- Corresp. Luís Donisete (Iepé) – proposta de Seminário em Brasília, 30 e 31 agosto (Desafios para uma educação superior para os povos indígenas no Brasil. Políticas públicas de ação afirmativa e direitos culturais diferenciados), 04 agosto, 04 p.
- Corresp. M.Elisa Ladeira ao grupo Educação RCA (relações c/ MEC), 17 agosto, 01 p.
- Corresp. Coord. RCA ao Sr. Kleber Gesteira Matos -SECAD/MEC, 17 agosto, 01 p.
- Corresp. Luís Donisete (resposta Maria Elisa – relações c/ MEC), 18 agosto, 03 p.
- Corresp. Coord. RCA ao Sr. Ricardo Henriques (Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC. 17 setembro, 02 p.
- Nota sobre a Participação na I Conferência Internacional sobre Ensino Superior Indígena: “Construindo Novos Paradigmas na Educação”. UNEMAT, Barra do Bugres/MT – OPIAC e CPI-AC, 23-25 setembro, 03 p.
- Pontos prioritários para a atuação dos órgãos e instituições governamentais envolvidos na implementação da Educação Escolar Indígena na região do Amapá e norte do Pará em 2005. Iepé, 02 p.

- Prioridades locais para a atuação da CGEEI e Secretarias Estaduais do Maranhão, Tocantins, Mato Grosso do Sul e Amazonas entre os povos indígenas atendidos pelo programa de Educação e Referência Cultural do CTI- p/ 2005, 05 p.

Relatórios de viagens de intercâmbios:

- Relatório sobre Intercâmbio entre alunos-estagiários em Meliponicultura e o Instituto Iraquara – Escola Pamáali, Rio Içana, AM – Guilherme Fernando (téc. agrícola, relator OIBI). Manaus, 04 fevereiro, 13 p.
- Viagem de Intercâmbio: Representantes das comunidades Guarani do Vale da Ribeira (SP) visitam aldeias Guarani do estado do Paraná (BR) e Paraguai – CTI, maio, 33 p. com mapas e fotos.
- Relatório de viagem dos diretores da Associação Wyty-Catë para Amazônia. 01 a 20 julho. Alberto Hapyhi Krahô, 02 p. (apoio CTI).
- Relatório de viagem à Terra Indígena Yawanawá do rio Gregório. Profa. Francisca Oliveira Diaka Arara – Opiac, 4-17 julho, 06 p. (incompleto).
- Relatório da participação do Setor de Agricultura e Meio Ambiente nos trabalhos do RAN – Centro de Estudo de Répteis e Anfíbios no I Congresso de Herpetologia do Brasil (Curitiba). Renato Gavazzi, CPI-AC, 11-16 julho, 03 p.
- Relatório de intercâmbio entre professores do Parque Indígena do Xingu e Escola Utapinopona Tuyuka do rio Negro – Rosana Cristina Gasparini, ISA, 20 julho (com relatos avaliativos dos professores Kayabi, Ikpeng e Aweti), 10 p.
- Valorização da Educação Escolar Diferenciada em Terras Indígenas do Acre – Oficina de Sensibilização ocorrida na Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do rio Breu e Intercâmbio RCA. CPI-AC e Opiac, Rio Branco, agosto, 78 p. c/ fotos.
- Relatório da visita de intercâmbio de lideranças Guarani de São Paulo à aldeia Nova Jacundá (PA) - CTI, 15-23 agosto, 23 p.
- Relatório de viagem à Boa Vista/RR. Participação do IV Curso de Formação em Magistério Indígena Yanomami. Prof. Ixã Edson Kaxinawá. CPI-AC, agosto, 09 p.
- Relatório Descritivo de Apresentação e Participação no V MAP – Encontro Trinacional Madre de Diós (Peru), Acre (Brasil) e Pando (Bolívia) – AAFI Nilson Sabóia Tuwe – CPI-AC, Rio Branco, 15-29 setembro, 10 p.
- Relatório da visita das ceramistas Terena da aldeia Cachoeirinha (MS) a centros de produção de cerâmica no estado de Minas Gerais – CTI (assessora Sara Carone), setembro, 11 p.
- Relatório de viagem das ceramistas do Rio Negro a São Paulo. ISA, 17-23 setembro, 08 p., c/ fotos.
- Relatório do Seminário da Rede de Cooperação Alternativa (RCA) sobre o tema “Meio Ambiente”. Mara Vanessa Dutra e Mônica Nogueira (consultoras), Brasília, 6 a 8 de outubro, 23 p.
- Relatório do Encontro Regional dos Povos Timbira – Coord. Executiva Wyty-Catë, novembro, 02 p.
- Relatório de viagem de intercâmbio Terra Indígena Pari-Cachoeira – povo Tuyuka, alto rio Tiquié. AAFI José de Lima Kaxinawá, CPI-AC, 09-18 nov., 14 p.
- Relatório Viagem de Intercâmbio ao Oiapoque (Forum Socio-Ambiental), AAFI Jorge Domingos Kaxinawá, CPI-AC, 20 nov. a 12 dez., 04 p.

- Relatório de viagem de intercâmbio (oficinas de manejo) à Terra Indígena Pari Cachoeira – povo Tuyuka, alto rio Tiquié. AAFI José de Lima Kaxinawá – CPI-AC, Rio Branco, 15 dez., 17 p.
- Relatório de viagem à Terra Indígena Ashaninka/Madijá do alto rio Envira. Prof. Valdete da Silva Pinhanta – Opiac, 20 nov.- 07 dez., 08 p.
- VII Oficina Itinerante de Gestão Ambiental das Terras Indígenas do Rio Jordão – CPI-AC (+ rec. Embaixada Finlândia), 24 nov.- 09 dez., 26 p. (incompl.)
- Prioridades para o fortalecimento da EEI no Mato Grosso e rio Negro (projetos “Formação de Professores Indígenas do Parque do Xingu” e “Educação Indígena no Alto Rio Negro”. Subsídio ISA, dezembro 2004, 02 p.

Outros trabalhos:

- Ricardo, Beto, Marés, Carlos e Santilli, Márcio. Autonomias Indígenas e Desenvolvimento Sustentável no Brasil. *Mimeo*.

2005

- Relatório do Seminário do Setor de Educação – CPI-AC, janeiro, 22 p.
- Viagem de intercâmbio do Xingu para aldeia Waiãpi no estado de Macapá – Makupá Kayabi (pres. ATIX), 04 janeiro, 3 p.

Anexo 9

Siglário

APHA	Associação para Promoção Humana e Ambiental
APINA	Conselho das Aldeias Wajãpi
ATIX	Associação Terra Indígena Xingu
CCPY	Comissão Pró-Yanomami
CIR	Conselho Indígena de Roraima
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CPI-AC	Comissão Pró-Índio do Acre
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
FOIRN	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IEPE	Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena
ISA	Instituto Socioambiental
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MEC	Ministério da Educação
ONG	Organização não-governamental
OPIAC	Organização dos Professores Indígenas do Acre
PDPI	Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas
POA	Plano Operacional Anual
RCA	Rede de Cooperação Alternativa
RFN	Rainforest Foundation Norway
RF-US	Rainforest Foundation United States
TI	Terra Indígena
TNC	The Nature Conservancy

Anexo 10

Definições e Decisões do Encontro Final de Avaliação

01. Missão da RCA (primeira formulação):

“Promover a cooperação e troca de conhecimentos e experiências entre organizações indígenas e indigenistas, para fortalecer a autonomia e ampliar a sustentabilidade dos povos indígenas”

02. Estratégias Centrais de Trabalho da RCA (primeira formulação):

- Realizar intercâmbios
- Fortalecer articulações políticas e discussões temáticas
- Sistematizar e disseminar informações
- Compartilhar processos de formação
- Promover projetos consorciados

03. Organizações Constitutivas da RCA

A RCA passa a ter um “**Núcleo Fundador**”, composto por 09 organizações:

- Associação Terra Indígena Xingu - ATIX
- Associação Wyty-Catë dos Povos Timbira do MA e TO
- Centro de Trabalho Indigenista - CTI
- Comissão Pró-Yanomami - CCPY
- Comissão Pró-Índio do Acre – CPI-AC
- Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN
- Instituto Socioambiental - ISA
- Instituto de Formação e Pesquisa em Educação Indígena - IEPÉ
- Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC

04. Critérios de incorporação de novas organizações-membros (primeira versão):

- Compartilhar com a missão e ter envolvimento efetivo com estratégias, atividades e temas da Rede
- Ter participado de atividades da RCA
- Ser indicada por uma ou mais organizações-membros
- Ser uma organização formalmente constituída e socialmente reconhecida como indígena ou indigenista
- Ser admitida pela maioria das organizações-membros no Encontro Geral da RCA

05. Conselho Político da RCA (2006-2007) – 04 organizações, com 02 suplentes, com um mandato de 02 anos:

- IEPÉ
- ISA
- FOIRN
- OPIAC

Suplentes: CPI-AC e WYTY-CATĚ

06. Parâmetros para contratação do Secretário Executivo da RCA :

	Alto	Médio	Baixo
Conhecimento da questão indígena			
Experiência em trabalho com ONGs, Redes, etc.			
Conhecimento de inglês			
Conhecimento de espanhol			
Conhecimento de português			
Conhecimentos na área administrativa-financeira			
Capacidade na área de captação de recursos			
Capacidade na área de comunicação			
Capacidade na área de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização			

→ definiu-se que o Secretário Executivo da RCA trabalhará em regime de tempo salarial, com um salário indicativo de R\$ 4.000,00.

07. Principais tarefas do Conselho Político da RCA – agosto a dezembro de 2005

- Elaborar o Plano Operativo Anual (data-limite: 10/09/2005)
- Instalar Secretaria Executiva (TdR contratação do secretário)
- Protocolo da RCA (primeira versão)
- Definir local da Secretaria Executiva (indicativo: CTI)

